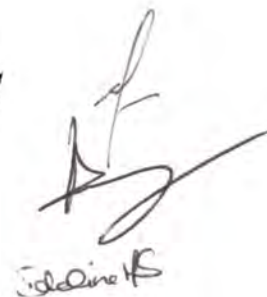


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



Idalina de Jesus Serra Maçãs da Silva

----- Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e treze, pelas vinte horas, no Auditório da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Abrantes, presidida pelo Deputado Municipal Manuel Duarte dos Santos, secretariado pelos Deputados Municipais Idalina de Jesus Serra Maçãs da Silva e João António da Conceição Marques. -----

----- Pediram substituição, nos termos do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redação, os Senhores Deputados Municipais: -----

----- Nelson Madeira Baltazar, Maria Helena Moreira dos Santos do Rosário Bandos, Dulce Rosa Santos, Ana Paula Pombinho Lopes Esteves Fernandes, (PS); Gonçalo Nuno Cardoso Pereira Oliveira, (PSD); Isabel Maria Marques Colaço Knoch, (ICA); Alcino José Brás Herminio, Ana Paula Marques Lopes - substituta, Alexandre Manuel de Matos Tomás - substituto, Pedro Alexandre Leitão Grave - substituto, Natércia Rodrigues Lopes - substituta, (BE). -----

----- **Estiveram presentes:** -----

Membros da Câmara: -----

----- Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque - Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores: Rui Miguel dos Santos Serrano, Celeste Maria Ferreira Riachos Simão, Manuel Jorge Séneca Luz Valamatos dos Reis, (PS); António Manuel Belém e Ferreira Coelho, (PSD); -----

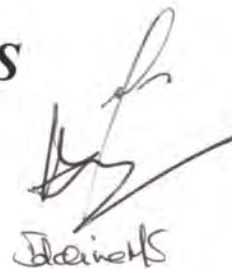
Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Manuel Duarte dos Santos, António Lucas Gomes Mor, Maria de Fátima Vicente Ferreira Chambel, Manuel Pereira Dias, Idalina de Jesus Serra Maçãs da Silva, Celso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



Beirões

José Pacheco da Silva, Elisabete Vieira Matias Aragão Furtado Pereira – substituta, Jorge Manuel do Carmo Beirão – substituto, João Manuel Alves Lobato – substituto, (PS); Maria Manuela Bexiga Ruivo Valle e Azevedo, Carlos Manuel Horta Ferreira, Ana Maria Ruiz Filipe Rico, Nuno Miguel Pedro Gil, Manuel da Conceição Nogueira – substituto, (PSD); João Viana Rodrigues, Sónia Maria Alcaravela Onofre, António José Matos Freire Marcelino Gonçalves – substituto, (ICA); Maximino Cardoso Chaves, (Independente); Avelino Manuel Conceição Manana, (CDU); Manuel António Rodrigues Lopes – substituto, (BE); Jorge Manuel Ferreira Tavares, (CDS/PP); -----

e os Senhores **Presidentes das Juntas de Freguesia de:** -----
----- Aldeia do Mato – João Carlos Caseiro Gomes; Alferrarede – Pedro Jorge Correia Remédios Moreira; Alvega – Manuel António Alves Leitão; Bemposta – Francisco Elisardo Dias Bentes; Carvalhal – António Clara Lourenço; Concavada – Elisabete Narcisa Dias Fernandes Balbino – substituta; Fontes - Manuel da Conceição Aivado; Martinchel - Cremilde Carolina Mendes Serigado; Pego – António de Oliveira Moedas; Rossio ao Sul do Tejo - Luís Guilherme Séneca da Luz Valamatos dos Reis; S. João – Francisco José Nunes Ferreira Bragança; S. Miguel do Rio Torto – Helena Isabel Matos Martinho; S. Vicente – João António da Conceição Marques - substituto; Tramagal – Victor Hugo Braz Vicente Cardoso; Vale das Mós – Joaquim do Rosário Espadinha, (PS); Rio de Moinhos – João Paulo Leitão Rosado; Souto – Diogo João Ferreira Valentim, (PSD); S. Facundo – António Martins Campos, (ICA); Mouriscas - Maria Teresa Matos Santos Dinis – substituta, (CDU). -----

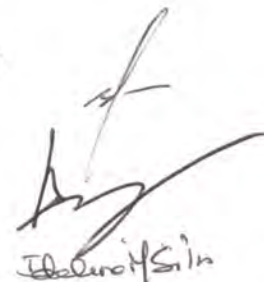
----- **Não estiveram presentes:** -----

----- Os Senhores Vereadores: António Manuel de Santana Maia Leonardo (PSD) e Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês (ICA). -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



----- Foram pedidas as justificações das faltas, tendo a Mesa justificado. -----

Expediente: -----

----- Todo o expediente está disponível para consulta nos serviços administrativos da Assembleia Municipal, no entanto, **foi dado conhecimento do expediente com maior relevância:** -----

1 – Câmara Municipal de Abrantes: -----

a) – QREN – EQ: Centro Escolar de Alferrarede; -----

b) – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Despesas Plurianuais; -----

2 – ANMP – Proposta de Lei – O Regime jurídico das Autarquias Locais e Estatuto das Entidades Intermunicipais – Envio de Parecer da ANMP; -----

3 – Município de Constância – Assembleia Municipal – Moção “Encerramento da Secção de Família e Menores no Tribunal Judicial de Abrantes. Encerramento do Tribunal de Trabalho de Abrantes; -----

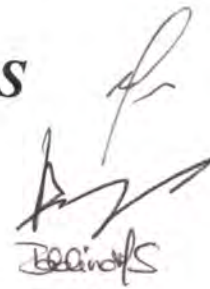
4 – ANMP – Associação Nacional de Bombeiros Profissionais – Documentação diversa sobre os Bombeiros; -----

5 – Associação Vidas Cruzadas – Informa que os donativos à Instituição serão inscritos no Anexo H da declaração do IRS; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



6 – Município do Crato – Pedido de apoio para ajudar a defender e a reforçar a autonomia do Poder Local; -----

7 – Junta de Freguesia de Rossio ao Sul do Tejo – Moção “Reforma Local” (Agregação de Freguesias); -----

8 – CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Abrantes – Relatório anual de atividades de 2012. -----

----- Foi posta à **votação a ata nº 7/2012**, tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com 6 (seis) abstenções (1 – CDU + 2 – PS + 3 – PSD). -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Deputado Municipal Avelino Manana (CDU) interveio para: -----

1 – Apresentar uma moção em defesa do Poder Local Democrático. (doc. 1) -----

2 – Questionar a posição da Câmara, quanto ao fecho temporário e ao futuro da Pousada da Juventude. -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Viana (ICA), partindo do programa do atual executivo, para criação de uma comunidade mais viva e de um conjunto de realizações de primordial importância para o concelho, conclui que quase nada foi feito. -----

----- Como exemplos apresentou: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



- 1) – Casa de Abrantes em Lisboa; -----
- 2) – Wellcome Center; -----
- 3) – Reforço da habitação jovem; -----
- 4) – Residência universitária; -----
- 5) – Bolsa de emprego para pessoas portadoras de deficiência; -----
- 6) – Unidade de cuidados continuados; -----
- 7) – Programa de gestão autárquica para jovens; -----
- 8) – Oficina de cultura; -----
- 9) – Museu Ibérico; -----
- 10) – Manutenção e reforço do projeto XXI; -----

----- Além de outras que aguardam um futuro melhor. -----

----- Apesar de faltarem oito anos e dos cortes orçamentais, acredita que o eleitorado não manterá a confiança. -----

----- Vislumbra, no trabalho executado, uma mediocre capacidade política para resolver os problemas do concelho. -----

----- Aponta dois exemplos: -----

- 1) – Corte, durante ano e meio, de uma das principais artérias da cidade; -----
- 2) – Mercado Diário. -----

----- Nenhum político devia faltar conscientemente à verdade perante os seus eleitores ou os seus representantes. -----

----- Faltar conscientemente à verdade é mais reprovável do que mentir. -----

----- A mentira pode resultar de uma informação errada. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, ao declarar que o Município não perdeu a ação contra o Jorge Dias e que o terreno em causa era do Estado, sabe que não é assim. ---

----- A ação proposta pelo Município foi julgada improcedente e o terreno está registado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



na Conservatória, a favor da Sociedade Jorge Ferreira Dias, Lda., desde Janeiro de 2000. -----

----- A caderneta, com o prédio a favor do Estado não vale nada. -----

----- A política deve ser o exercício nobre do dever de cidadania. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Manuela Ruivo (PSD) questionou as posições da Câmara e da DRELVT a propósito da revisão da Carta Educativa. -----

----- A DRELVT defende que a elaboração da carta educativa é da competência da Câmara Municipal, com aprovação na Assembleia Municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação. -----

----- Da legislação retira-se que o Ministério da Educação e as Câmaras Municipais reavaliam de cinco em cinco anos a necessidade de revisão da Carta Educativa. -----

----- Gostaria de ter acesso à resposta da DRELVT onde não encontra razões para a revisão. -----

----- Igualmente à ata da reunião do Executivo onde foi deliberado a não revisão e a sua fundamentação. -----

----- Bem como à ata do Conselho Municipal de Educação onde a questão da revisão foi abordada e decidida. -----

----- Em sua opinião, a Assembleia Municipal tem de deliberar na não revisão. -----

----- A Carta Educativa, contempla a sua monitorização e a revisão obrigatória de cinco em cinco anos, tornando-a um documento aberto e atual. -----

----- Na atual está contemplada a construção de uma Escola Básica na Encosta Sul. --

----- Esta proposta já foi apresentada à Assembleia Municipal. -----

----- Não está contemplado o encerramento da Escola Básica nº 2, mas sim a sua requalificação. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22

Handwritten signature and a stamp that appears to read "Abrantes".

----- Com espanto, sem monitorização e revisão, é apresentada a construção de um novo Centro Escolar. -----

----- Não conhece os estudos para esta decisão, nem o envolvimento das Juntas de Freguesia, das Associações de Pais e de Professores, ou de Grupos de Associações Locais. -----

----- Este encerramento contraria os estudos de regeneração urbana que vão no sentido da vitalidade e manutenção dos equipamentos e da fixação da população no centro da Cidade. -----

----- Estas decisões são o resultado de políticas ziguezagueantes, sem rumo e sem planificação. (doc. 2)-----

----- O seu grupo sugere a criação da Carta Social do Concelho, como documento estratégico do planeamento. -----

----- A sociedade portuguesa e concelhia conheceu, na última década, profundas transformações. -----

----- A baixa natalidade e o progressivo envelhecimento são processos reais que contribuem para a transformação profunda da alteração demográfica e no paradigma social concelhio. -----

----- Importa ter um documento orientador dos investimentos e ações, enfatizando as necessidades da população e a importância da sustentabilidade e eficiência das intervenções. -----

----- A sustentabilidade das instituições sociais, sem fins lucrativos deverá ser baseada numa efetiva adaptação às realidades, através de políticas de proximidade geradoras de emprego. -----

----- Por último, gostaria de ouvir a Senhora Presidente sobre a estratégia que envolve o corpo de Bombeiros Municipais, contemplando questões como o Agrupamento do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



Médio Tejo e a Associação Humanitária de Abrantes. (doc. 3)-----

----- O Senhor Deputado Municipal Manuel António (BE) colocou questões sobre: -----

1) – ETAR dos Carochos -----

----- Após historiar, desde 2009, as intervenções e declarações do anterior e da atual Presidente da Câmara e no Ministério do Ambiente, tudo continua na mesma com o volumoso caudal de esgotos a desaguar no Tejo, com todas as consequências. -----

----- A nova localização no Vale da Fontinha poderá ser um atentado. -----

----- Diz-se que a Abrantáqua está em negociações com o proprietário para adquirir o terreno da ETAR. -----

----- Para quando a resolução do problema? -----

2) – Incidente num reator nuclear de Almaraz. -----

----- Após conhecimento de mais um incidente naquela central, questiona: -----

a) – O executivo teve conhecimento? -----

b) – Há algum plano para uma situação mais grave? -----

c) – Está o executivo disponível para, com diversas associações, lutar pelo encerramento da Central? (doc. 4) -----

----- Apresentou, também, uma proposta de recomendação sobre o direito à água e ao saneamento e o seu acesso económico no sentido de: -----

1) – Não haver cortes por falta de pagamento sem averiguação da situação financeira;

2) – Assegurar a distribuição gratuita de água, em quantidade definida, em casos de manifesta necessidade económica. (doc. 5) -----

----- Quanto a duas moções sobre: -----

1) – Autonomia local e tarifários dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos; (doc. 6) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



10 de Maio 45

2) – Pela titularidade e gestão pública dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos. (doc. 7) -----

----- Aceita o seu agendamento para próxima sessão. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu às questões postas, destacando-se: -

1 – Pousada da Juventude -----

----- Está preocupada com a possibilidade de encerramento e posterior privatização. --

----- Da visita às instalações, concluiu que as instalações têm problemas muito graves e de onerosa resolução. -----

----- Aguarda uma reunião, já marcada, para perceber propostas para aquele espaço. -

2 – Carta Educativa -----

----- A Câmara deliberou avançar com a revisão em 2010. -----

----- O processo foi perturbado com a proposta de criação de Agrupamentos maiores. -

----- Só a partir da criação e funcionamento destes é que os territórios educativos podem ser repensados. -----

----- A Câmara considera necessária a revisão que poderá ser mais penalizadora para o nosso concelho. -----

----- A DRELVT diz que não encontra necessidade de rever a carta educativa devido ao encerramento da Escola de S. Facundo. -----

3 – Novo Centro Escolar em Abrantes -----

----- As políticas são resultado de pensamento e de reflexão com quem se deve fazer. --

----- Os custos de um centro escolar na Encosta Sul serão imensos, devido à localização. -----

----- Sobre o encerramento das escolas dos Quinchosos e da E.B. 2, foram ouvidas as Associações de Pais, de Professores, Diretores de Agrupamentos e Coordenadores de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



Escolas. -----

----- Houve unanimidade na junção daquelas com a do Dr. Raul Figueiredo. -----

----- Antes da apresentação do projeto no Conselho Municipal de Educação Alargado, que se pronunciou favoravelmente, foram feitas outras diligências. -----

----- Pensou na aquisição do Colégio de Fátima o que foi rejeitado pela Congregação.---

----- Pensou na localização no Vale da Fontinha, desincentivada pelas dificuldades. ---

----- Definida a localização no Barro Vermelho, há condições para avançar para esta empreitada por, provavelmente, o financiamento ainda ser possível neste quadro comunitário. -----

----- Na impossibilidade de manter as escolas no Centro Histórico, a Câmara pensa requalificá-las e entregá-las a Instituições, como Vidas Cruzadas e ESTA, que estão a fazer um bom trabalho. -----

4 – Carta Social -----

----- É uma listagem de todas as respostas sociais do Concelho. -----

----- Depois do diagnóstico está em preparação um plano. -----

5 – Agrupamento de Bombeiros -----

----- Foi assinado o protocolo com Constância, Mação e as respetivas Associações Humanitárias. -----

----- O Sardoal não assinou mas quer estar presente nos trabalhos preparatórios. -----

----- O protocolo vai permitir fazer pressão para a saída da legislação necessária. -----

----- Há legislação a permitir a constituição de forças operacionais conjuntas no mesmo Município. -----

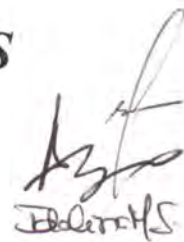
----- Tem intenção de manter o corpo Municipal de Bombeiros. -----

----- Já foi constituída uma Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários que pediu o necessário parecer à Câmara. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



----- A Câmara está a trabalhar para criar as melhores condições para o surgimento do novo Agrupamento. -----

6 – ETAR Fontinha/Carochos -----

----- O processo da ETAR dos Carochos é muito anterior a 2009. -----

----- A ETAR foi construída, mas não rececionada, o que deu origem a processo judicial. -----

----- A sua construção entrou, agora, no processo de revisão do contrato da Abrantáqua para acolher o previsível aumento de efluentes. -----

----- O processo aguarda decisão do Tribunal de Contas. -----

----- A Abrantáqua está a avaliar a situação mais vantajosa, tendo encetado negociações para adquirir o terreno da atual e os acessos. -----

----- O Vale da Fontinha é solução de recurso e mais cara. -----

7 – Questões nucleares -----

----- Não tem condições para responder com segurança, apesar de preocupada. -----

----- Não conhece nenhum plano nacional, mas vai-se informar. -----

8 – Tarifário da água -----

----- Os SMA não alteraram o tarifário da água nos últimos quatro anos. -----

----- As famílias numerosas e as carenciadas estão contempladas no novo tarifário. ---

----- Os SMA têm uma campanha de poupança de 5 € anuais para quem aderir ao débito direto e à faturação de dois em dois meses, com a consequente poupança dos custos de exploração. -----

9 – Valnor -----

----- Está preocupada com a tentativa de privatização, a que se opõem todos os Municípios aderentes. -----

----- Há uma tentativa do aumento do tarifário por tonelada, por pressão das Águas de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



Handwritten signature and stamp, likely of the President of the Municipality, with the name 'Abrantes' visible in the stamp.

Portugal. -----

10 – Prestação de contas -----

----- Até Outubro, há largos meses para prestar contas do trabalho feito e bem. -----

----- O QREN foi contratado para 6,5 milhões de euros, aprovados 11 milhões, com taxa de execução de 88%. -----

----- Nos outros programas, aprovados 5,3 milhões, com 82% de execução. -----

----- Ainda falta muito numa proposta de três mandatos. -----

----- A principal estratégia foi buscar financiamento do que não será abrangido no próximo quadro comunitário. -----

----- Houve problemas com insolvência de empreiteiros no Mercado Diário, onde irá ter o *Wellcome Center* e no Centro de Interpretação do Tejo. -----

----- A situação financeira continua a ser uma referência, com pagamentos de amortizações e juros e sem dívidas a mais de noventa dias. -----

11 – Terreno de Jorge Ferreira Dias -----

----- Não enganou ninguém na informação prestada. -----

----- Pode é não ter utilizado a linguagem técnico jurídica apropriada. -----

----- Para o Senhor Jorge Ferreira Dias reaver o terreno terá de ir novamente a Tribunal. -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Viana (ICA), em réplica, afirma não ser verdade o que a Senhora Presidente afirmou sobre o terreno. -----

----- Não interessa trazer razões jurídicas. -----

----- Não é advogado de Jorge Dias. -----

----- A razão porque trouxe o assunto à Assembleia é porque a Senhora Presidente fez uma afirmação incorreta e, em resposta, ter sido apelidado de incorreto. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



----- O terreno é da firma Jorge Ferreira Dias, como comprovam documentos em sua posse. -----

----- Nenhum técnico, nenhum jurista, pode ter informado a Senhora Presidente nos termos em que se exprimiu. -----

----- Se o terreno está registado na Conservatória em nome da firma, esta não tem de propor nenhuma ação. -----

----- A sugestão para esclarecimento com o Senhor Presidente da Assembleia deve-se a ter sido Conservador do Registo Predial. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Ana Rico (PSD) confirmou a sua presença no Conselho Municipal de Educação. -----

----- A sua pronúncia não foi a favor, nem contra o que estava em discussão, por não ter informação suficiente sobre a matéria em apreço. -----

----- As questões colocadas no Conselho foram apenas para tentar perceber a fundamentação. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Manuela Ruivo (PSD) solicita à Senhora Presidente da Câmara que precise quando é que chamou os Pais, Diretores e Coordenadores de Escola em relação ao encerramento da E.B. 2. -----

----- Em relação à carta social, não é o elencar dos equipamentos do nosso concelho. -

----- É um documento estratégico, dado o momento de grande fragilidade das Instituições sociais do nosso concelho. -----

----- Permite também apoiar que o CLAS tem de tomar. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, em intervenção final, lembrou a realização de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



uma reunião, de iniciativa camarária, sobre o encerramento da E.B. 2, onde estiveram presentes os Agrupamentos Dr. Manuel Fernandes, D. Miguel de Almeida e respetivas Associações de Pais, que se pronunciaram favoravelmente. -----

----- À sessão do Conselho Municipal de Educação foi presente, apenas, um anteprojeto para discussão. -----

----- A Câmara está a desenvolver um projeto de diagnóstico social. -----

----- Ainda quanto ao terreno, entende que não se pode vir para a Assembleia discutir questões técnicas. -----

----- A informação transmitida foi-lhe dada pelos assessores jurídicos da Câmara. -----

----- Parece-lhe que se pretende que da Assembleia passe para a opinião pública uma imagem de uma Presidente que deturpa a verdade ou, então, uma imagem negativa dos técnicos da Câmara. -----

----- É preciso cuidado porque, com a alternância do governo, os técnicos serão os mesmos para trabalhar. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou que, a partir desta Assembleia, as moções ou propostas de assuntos para discussão que não forem apresentadas no prazo regimental, apenas serão aceites se aprovadas por unanimidade. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Manuel António (BE) discorda desta posição, dada a atualidade de alguns assuntos. -----

----- A Moção da CDU foi admitida, tendo obtido a seguinte votação: **Aprovada por maioria**, com 8 (oito) votos contra (1 – CDS/PP + 7 – PSD); 2 (duas) abstenções (1 – ICA + 1 – Deputado Independente Maximino Chaves). -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



----- Proposta de Recomendação do BE -----

----- O Senhor Deputado Municipal António Mor (PS) só aprovará a admissão à discussão da proposta se a mesma for apreciada posteriormente, para verificar se dá contributo positivo em relação ao que já é praticado pelos Serviços. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Manuel António (BE) apesar de referir que o conteúdo da proposta é novo, aceita a retirada da proposta. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade Municipal (doc. 8) -----

----- A Senhora Presidente destacou: -----

- 1) - Venda de lotes à SAOV para alargamento das instalações; -----
- 2) - Emissão de parecer prévio positivo à instalação de um aviário em Vale das Mós; --
- 3) - Apresentação do programa VALORIZAR para pequenos investimentos de empresas até 10 trabalhadores; -----
- 4) - Presença na Bolsa de Turismo de Lisboa, em parceria com Constância e Vila Nova da Barquinha; -----
- 5) - II Encontro Ibérico do Azeite; -----
- 6) - Feira de S. Matias; -----
- 7) - Atribuição de galardão de PME de Excelência a quatro empresas do nosso Concelho; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22

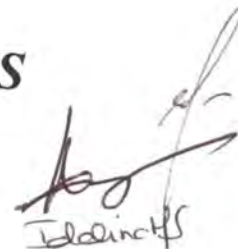


-
- 8) – Comemoração dos 30 anos do Arquivo Municipal; -----
- 9) – Concerto de Ano Novo; -----
- 10) – Grande procura das hortas comunitárias; -----
- 11) – Biblioteca Itinerante de Abrantes (BIA); -----
- 12) – Agregação de Escolas; -----
- 13) – Atribuição de prémios de mérito a alunos que terminaram o ensino secundário; -
- 14) – Grande preocupação com o número de pedidos de ajuda social; -----
- 15) – Presença em Bruxelas da mediadora municipal em representação de Portugal; --
- 16) – Obras lançadas ou em curso: -----
- a) – Estação de canoagem de Alvega; -----
- b) – Largo do Cruzeiro do Pego; -----
- c) – E. M. S. Miguel do Rio Torto/Tramagal; -----
- d) – Bairro no Tramagal; -----
- e) – Arruamento do Centro Escolar de Rio de Moinhos; -----
- f) – Estrada Bemposta/Vale das Mós; -----
- g) – Arruamentos na cidade e pintura de pavimentos; -----
- h) – Estrada Carvalhal/Sentieiras; -----
- i) – Arruamento de Vale de Tábuas; -----
- 17) – Tentativa de resolução das empreitadas, por dificuldade das empresas: -----
- a) – Mercado diário; -----
- b) – Centro de acolhimento do Tejo; -----
- 18) – Revisão do PUA. -----
- Recorrendo a projecções, fez uma exposição sobre a regeneração urbana no Centro Histórico, destacando: -----
- 1) – Estacionamento; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



2) – Equipamentos; -----

3) – Resíduos sólidos; -----

4) – Programa + Comércio. -----

----- Há um conjunto de projetos em curso: -----

1) – Residência de estudantes; -----

2) – Residência de artistas; -----

3) – Reabilitação da Cruz Vermelha; -----

4) – Reabilitação do antigo Quartel dos Bombeiros. -----

2. Isenção do pagamento das Taxas por ocupação do espaço público ou afeto ao domínio público municipal, relativamente aos estabelecimentos do Centro Histórico de Abrantes -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, devidamente autorizada, passou à imediata exposição deste ponto. -----

----- Trata-se de um conjunto de incentivos de modo a fomentar a utilização do Centro Histórico. -----

----- Estas isenções acrescem às já concedidas. -----

----- O comércio está com problemas sérios devido à falta de procura com o pouco poder de compra dos cidadãos. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Manuela Ruivo (PSD) anunciou o voto favorável da sua bancada propondo, também, a isenção, nos mesmos moldes, a todo o comércio local, nomeadamente o das outras Freguesias. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



----- Nesta fase difícil de conjuntura, importa criar estímulos e impulsionar as dinâmicas do comércio. -----

----- A desertificação das nossas aldeias deve ter uma resposta positiva da Câmara, bem como para o pequeno e médio. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Sónia Onofre (ICA), quanto à deslocalização do novo Centro Escolar e à necessidade de aumentar a capacidade escolar, tem muitas dúvidas. -----

----- A Escola Nº 2 não tem condições muito boas para os alunos. A dos Quinchosos sofreu recentes obras de requalificação. A das Barreiras do Tejo está encerrada mas ainda em condições. -----

----- Nas duas a funcionar, houve diminuição de turmas no 1º ano. -----

----- Os Centros Escolares de Alferrarede e de Rio de Moinhos não estão completos. ---

----- A expansão demográfica, no Concelho e no País, não é boa, não havendo indicação de aumento a curto ou médio prazo. -----

----- Pergunta se não há possibilidade de aproveitamento dos fundos comunitários para a reabilitação da Nº 2 e das Barreiras do Tejo. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Manuel António (BE) estranha que na primeira página da informação das atividades municipais seja incluída iniciativas da TAGUS, INOVLINEA e Empresas distinguidas, recomendando mais cuidado na sua elaboração. -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Viana (ICA) solicita o regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos, bem como das cantinas. -----

----- Questiona a Senhora Presidente da Câmara se tem presente o montante mensal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



Delino F. S.

de apoio a esses agregados familiares e a fórmula como é encontrado. -----

----- A situação de fome persiste. -----

----- Há cidadãos a compartilhar a eletricidade, a água, bem como a alimentação. ----

----- Ainda não recebeu a informação, solicitada através da Mesa da Assembleia, da listagem de idosos que vivem isolados. -----

----- Homenageou Pelé e fez votos para que situações como a dele não se repitam no nosso Concelho. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Maximino Chaves (Independente), sobre o ponto 2), sempre foi contra as isenções. -----

----- O que não custa nada, desbarata-se. É a favor de um custo simbólico. -----

----- As isenções devem ter contrapartidas. No caso concreto, manter os espaços limpos e agradáveis. -----

----- Atravessamos um período difícil de todo o comércio, de todo o Concelho, contribuindo todos para a economia abrantina. -----

----- Pode haver discriminação positiva, diferente do apoio no Centro Histórico. -----

----- O Senhor Deputado Municipal António Mor (PS) considera que o momento que vivemos é preocupante. -----

----- Ficou preocupado com algumas intervenções. -----

----- Toda a gente tem dificuldades, só os cofres do Município são um saco sem fundo.

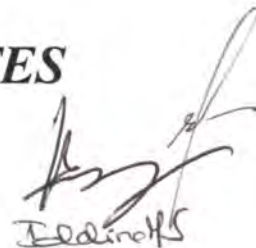
----- Quando verificamos o que vai no terreno, parece que já não há Ministério que tutele o social. -----

----- Parece que, de repente, é a Câmara que fica com toda a responsabilidade, apesar das coisas promovidas pelo CLAS e pela rede social. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



-
- As cantinas sociais não são um projeto do Município. -----
- Deste tinha sido uma proposta bem mais realista, bem mais ao encontro dos custos efetivos da refeição, que foi discutido e aprovado pelas Instituições que podiam responder a questões de urgência. -----
- Quanto ao número de idosos no Concelho, há os que não vivem sozinhos, mas que o estão mais do que os outros todos. -----
- Será bom espreitar, através das IPSS, o comportamento de tantos familiares que, mais do que filhos ou parentes, parecem bandos de milhafres a atacar as magras reformas. -----
- Mais do que colocar em causa os agentes, seria bom darmos as mãos para identificarmos situações. -----
- A Senhora Deputada Municipal Fátima Chambel (PS) esteve presente na reunião do Conselho Municipal de Educação, onde a Senhora Presidente apresentou à discussão a nova localização do Centro Escolar. -----
- As pessoas presentes, além de se pronunciarem favoravelmente, apresentaram as razões da sua concordância. -----
- Algumas das razões – mais soalheiro; mais perto dos equipamentos desportivos; mais perto do Parque de S. Lourenço. -----
- No Conselho estiveram representantes de Pais, de Escolas e das Juntas de Freguesia. -----
- Quanto ao aspeto social, o núcleo executivo está a concluir o regulamento das cantinas sociais, que tem de assentar no protocolo vindo da Segurança Social. -----
- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alferrarede considera ser obrigação
-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



Delina 4/5

de qualquer cidadão sinalizar e encaminhar as pessoas para a rede social que funciona. -----

----- As comissões sociais de Freguesia, numa política de proximidade, são, por vezes, a única porta onde as pessoas acorrem. -----

----- Teme que, com a extinção de Freguesias, a situação se agrave. -----

----- Apresentamos, cada vez mais, os vícios de viver na cidade, com a indiferença e o individualismo. -----

----- Parece que nos estamos a esquecer das obrigações do Estado. -----

----- Há uma intenção que consiste no esvaziamento das funções sociais do Estado. ---

----- A convicção no Estado de que sem a colaboração das IPSS seria o caos tem levado a transferências de dinheiro sem critério, sem acompanhamento, sem monitorização e sem fiscalização. -----

----- Como em tudo, há umas que funcionam muito bem e outras muito mal. -----

----- Teme que com esta evolução social, as opções políticas, com a extinção de Freguesias, que daqui a um ano estejamos a lamentar a morte de muitos Pelês. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Maximino Chaves (ICA) considera que um Estado, que está a tirar recursos a todos, tenha uma Segurança Social que funcione eficazmente. -----

----- A Segurança Social é uma máquina pesada. -----

----- A iniciativa privada, nesse aspeto, funciona muito melhor. -----

----- Todos somos poucos para fazer o que tem de ser feito. -----

----- Muitas Associações, da Igreja Católica ou não, estão a empenhar recursos próprios, algumas com grandes dificuldades. -----

----- Não vê que as Juntas de Freguesia estejam mais vocacionadas para estas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



Handwritten signature of the President of the Municipality of Abrantes.

matérias. -----

----- Nesta situação, nas Cidades vive-se pior. -----

----- Temos de abordar as situações das pessoas com objetividade, clareza, espírito aberto e tentando colaborar. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, em intervenção final, disse que os anúncios luminosos passarão a ser gratuitos em todo o País, com o licenciamento zero. -----

----- Na maior parte das Freguesias os espaços ocupados são privados. -----

----- Os serviços estudarão as situações concretas equiparáveis. -----

----- Os fundos comunitários só estão disponíveis para a construção de Centros Escolares, com um conjunto de valências. -----

----- Faz sentido a Câmara realçar as atividades das empresas ou associações, suas associadas ou não. -----

----- Uma das funções da Câmara é promover o desenvolvimento económico. -----

----- A Câmara tem de apoiar e estar ao lado dos empresários, que geram riqueza e emprego. -----

----- As cantinas sociais não são programa camarário. -----

----- A Câmara continua a ter um programa de emergência, com melhor pagamento às Instituições. -----

----- A Câmara quer criar condições para as pessoas terem qualidade de vida, com a dignidade que qualquer ser humano merece. -----

----- A operação Censos Sênior 2013 é da responsabilidade das Forças de Segurança. -

----- Após a sinalização, os serviços camarários atuam. -----

----- Há serviço de teleassistência a funcionar. -----

----- Há recusa de aceitação de cidadãos referenciados. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



Edição 15

----- A sinalização é da responsabilidade de todos. -----
----- Há tentativas de passar para os Municípios toda a responsabilidade, mesmo sem o devido envelope financeiro. -----
----- O projeto das cantinas só avançou porque os serviços camarários se envolveram.
----- Fala-se que as competências da Segurança Social vão ser transferidas para as Câmaras. -----

----- Posta à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 9) -----

3. Alteração ao mapa de pessoal -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal justificou a proposta, de acordo com a deliberação camarária. -----

----- Aproveita-se o fim de uma comissão de serviço para adaptação gradual à nova estrutura. -----

----- Posta à votação a proposta foi **aprovada por maioria**, com 4 (quatro) abstenções dos ICA. (doc. 10) -----

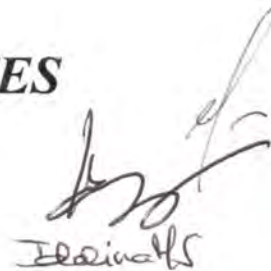
4. Alteração dos Estatutos da A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnico -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, justificou a proposta com a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



Handwritten signature and stamp, likely of the President of the Municipality, with the name 'Eduardo' visible in the stamp.

necessidade do objeto ser alterado para incluir serviços de metrologia e a análise física e química de solos quer para agricultura, quer para construção civil. -----

----- A Associação iniciou a qualificação para a prestação de serviços intermunicipais de metrologia. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Manuel António (BE) esclareceu, quanto ao ponto 1), que só deve ser fornecida informação da atividade municipal ou de parceiros. -----

----- Quanto às restantes empresas, acha muito bem que se dê conhecimento na Assembleia. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Manuela Ruivo (PSD), definindo o seu sentido de voto favorável, pretende saber: -----

1) – Quantos técnicos estão afetados ao serviço de metrologia; -----

2) – Qual o valor gerado, dado ser pago por empresas e particulares? -----

3) – Qual o motivo do serviço não estar a responder? -----

4) – Qual a área que a A.LOGOS vai prestar assistência? -----

----- A Senhora Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara só tem um técnico com formação para prestar serviço, que está há muito doente e incontactável. -----

----- Há impossibilidade e dificuldade de recrutamento devido à formação específica. --

----- No Médio Tejo, só Tomar e Ourém prestam este serviço. -----

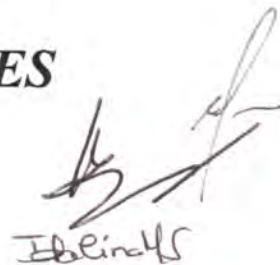
----- Por proposta da Direção Regional de Economia e parecer unânime de todos os Municípios do Médio Tejo, foi decidido centralizá-lo num laboratório acreditado para outras atividades. -----

----- A A.LOGOS já está a dar formação aos técnicos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



Handwritten signature and initials, possibly reading 'Edina 45'.

----- Neste momento, o serviço é deficitário. -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 11) -----

5. Alienação do direito de superfície do terreno sito no Tecnopolo, em Alferrarede, à A. LOGOS -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal justifica a proposta, retirada da última sessão da Assembleia, que, no essencial, reitera o aprovado na reunião camarária de 3 de Dezembro, com a clarificação da delimitação e da inscrição predial.

----- A diferença traduz-se na não utilização do conceito de desanexação da parcela, ainda que a doutrina reconheça situações de autonomização fiscal. -----

----- Após a extinção do direito de superfície, os parceiros têm o direito sobre o edificado na medida das suas participações. -----

----- Pelo solo disponibilizado são atribuídas 118,5 unidades de participação. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Maximino Chaves (Independente) questionou quem é maioritário na Associação e o que é que acontece no caso de dissolução. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal diz que são associados Abrantes, Constância e Sardoal, com participações diferentes. -----

----- O investimento foi comparticipado no último quadro comunitário. -----

----- Findo o direito de superfície, o imóvel reverte para a Câmara que terá de indemnizar as unidades de participação das outras. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



João Viana

----- Posta à votação a proposta foi **aprovada por maioria**, com 4 (quatro) votos contra dos ICA e 7 (sete) abstenções do PSD. (doc. 12) -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Viana (ICA) fez declaração de voto oral. -----

6. Moção – “Apoio público na valorização do património e da gestão florestal” -----

----- A Senhora Deputada Municipal Manuela Ruivo (PSD) afirmou tratar-se de uma moção apresentada em 2011, Ano Internacional da Floresta. -----

----- A aposta no agro-florestal continua e continuará, dada a conjuntura económica dos produtores florestais e a ocupação de cerca de 73% do nosso território. -----

----- Tem o importante papel de fixar população e permitir: -----

1) – O aproveitamento de biomassa para produção de energia; -----

2) – A valorização dos produtos florestais através dos créditos de carbono. -----

----- O proposto na moção continua a ser pertinente, apesar de já ultrapassado o Ano Internacional, da apresentação da reforma do PAC 2014/2020 já ter ocorrido e do término do protocolo de Quioto. (doc. 13) -----

----- A proposta é uma mera sugestão de trabalho. -----

----- O Senhor Deputado Municipal António Mor (PS) pretende que a proponente esclareça quem do Município terá de promover ou de expressar. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Maximino Chaves (Independente) questiona iniciativas de que tipo e porquê. -----

----- É ótimo o aproveitamento da biomassa. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



Ilídio

----- No entanto, para o produtor tem custos, com o corte, carregamento e colocar em local de carregamento. -----

----- Só se aproveita em quantidades extraordinárias. -----

----- Como é que se fazem os créditos de carbono e como é que o Município os pode reivindicar. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Manuela Ruivo (PSD) reafirma que se trata de sugestão de trabalho. -----

----- O que se pretende é divulgar e estimular os produtores florestais nestas matérias.

----- Há agricultores remunerados pela não emissão de gases com efeito de estufa. -----

----- Há culturas que retêm carbono. -----

----- Existe contabilização dos créditos de carbono. -----

----- Pretende-se fazer a divulgação em sessões com técnicos que dominam estas matérias. -----

----- Posta à votação a proposta foi **rejeitada por maioria**, com 20 (vinte) votos do PS e 4 (quatro) abstenções (2 - CDU + 1 - PS + 1 - Deputado Independente Maximino Chaves). (doc. 14) -----

----- Fizeram declaração de voto oral: -----

----- António Mor (PS); -----

----- António José Gonçalves (ICA). -----

7. EPDRA - Criação da rota do azeite da região -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



----- A Senhora Deputada Municipal Manuela Ruivo (PSD) justificou a proposta, como contributo dos nossos produtos endógenos e dos nossos produtores. -----

----- A proposta, apresentada em 2011, é pertinente em pleno Congresso do Azeite. ---

----- Ao acarinhar esta sugestão a Assembleia está a promover o nosso território, quer através do consumo do azeite, quer do estímulo ao desenvolvimento rural e à melhoria das condições económicas dos produtores envolvidos. -----

----- É o estímulo à economia local, através da continuação da promoção do azeite, envolvendo casas agrícolas e restaurantes, dinamizando os fluxos de turistas, criando postos de trabalho. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Maximino Chaves (Independente) partindo de um exemplo de âmbito da Proteção Civil, considera que a proposta apesar da sua bondade, não irá ter êxito sem o envolvimento de todas as partes, Câmara, Escola e produtores. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Jorge Beirão (PS) discorda de ser o Município a promover esta iniciativa, apesar de a considerar positiva. -----

----- A definição do projeto educativo é da responsabilidade da Escola e dos seus agentes. -----

----- Realçou o papel da Autarquia sobre a temática do azeite, onde se inclui o 2º Encontro Ibérico a decorrer. (doc. 15) -----

----- A Senhora Deputada Manuela Ruivo (PSD) realça o momento da apresentação da proposta, na sequência de um pedido de parecer para o museu da EPDRA. -----

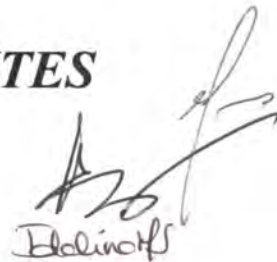
----- Não se pretende imiscuir no trabalho da escola. -----

----- Refere a Câmara e o Município por terem corpo técnico e ferramentas para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



poderem avançar com projetos desta natureza. -----

----- As casas agrícolas já estão envolvidas. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Jorge Beirão (PS) esclarece que, na data da apresentação da proposta, já está aprovado o projeto educativo de qualquer escola. ---

----- A Senhora Deputada Municipal Manuela Ruivo (PSD) reafirma que a proposta não se pretende imiscuir em nenhum projeto educativo. -----

----- O Museu vivo da EPDRA vai funcionar como âncora. -----

----- Pretende-se iniciar a conversa com a escola. -----

----- Posta à votação a proposta foi **rejeitada por maioria**, com 23 (vinte e três) votos do PS e 6 (seis) abstenções (2 – CDU + 3 – ICA + 1 – Deputado Independente Maximino Chaves). (doc. 16) -----

PÚBLICO

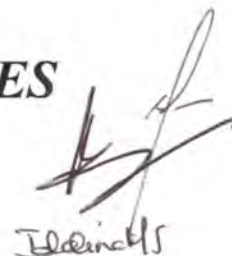
----- Usou da palavra o Senhor Armindo Silveira sobre: -----

- 1) – Pedido de esclarecimento sobre a escritura de doação entre a Sopadel e o Município, referida na informação escrita; -----
- 2) – A necessidade de intervenção do Município junto das Forças de Segurança para travar os roubos de cobre e de alfaías agrícolas; -----
- 3) – A necessidade de reparação dos sinais de trânsito na Arrifana; -----
- 4) – A necessidade de pintura nas passadeiras na Rotunda do Olival e em S. Facundo;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22



Handwritten signature and stamp, likely of the President of the Municipality, located in the top right corner of the page.

5) – A possibilidade da Câmara saber a área de eucalipto no Concelho. -----

----- A Senhora Presidente respondeu às questões postas: -----

1) – A doação refere-se ao terreno onde está o PT junto da Sopadel. -----

2) – Segurança -----

----- Há grande preocupação com o roubo do cobre, tampas de água e saneamento e peças escultóricas. -----

----- Há um conjunto de iniciativas da EDP e da GNR. -----

----- Pretende debater no próximo Conselho Municipal de Segurança um conjunto de medidas; -----

3) – Sinais de trânsito -----

----- Há já um procedimento concursal, a nível da CIMT, para reparação e substituição, incluindo poupança de energia. -----

4) – Floresta -----

----- Está toda georreferenciada. -----

----- A Câmara dispõe de uma técnica especialista. -----

----- A Câmara está em condições de aprovar e atualizar o Plano de Defesa da Floresta.

----- Há uma candidatura para criar e manter faixas de proteção no norte do Concelho.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos pelas zero horas e trinta minutos, tendo todos os textos das propostas de deliberação, (docs. 9 a 12; 14 e 16), sido aprovados em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 1/2013

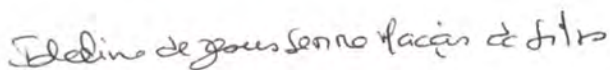
Sessão Ordinária realizada em 2013/02/22

O Presidente da Assembleia



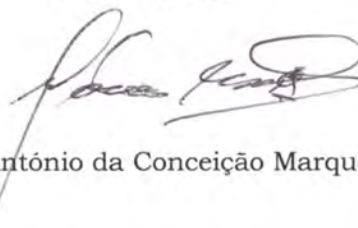
Manuel Duarte dos Santos

A 1ª Secretária

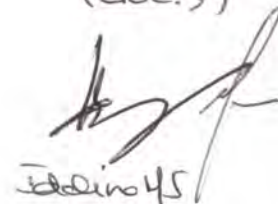


Idalina de Jesus Serra Maçãs da Silva

O 2º Secretário



João António da Conceição Marques



MOÇÃO

Em defesa do Poder Local Democrático

Nunca como hoje o Poder Local Democrático sofreu um ataque tão profundo e diversificado, nunca o pilar do Estado Democrático tecido de proximidade e participação foi tão fortemente abalado.

Sob um manto de loas e incenso às suas realizações concretas e por detrás de uma cortina farisaica de discursos sobre modernidade emergem propósitos de amputar o Poder Local de características que lhe são essenciais, de recursos financeiros e de meios humanos e técnicos necessários à sua ação.

A mentirola da escala pretende legitimar a destruição de mais de um milhar de freguesias e, a breve prazo, a liquidação de algumas dezenas de municípios.

A pretexto do controlo da dívida pública, controlam-se, de facto, as opções e as políticas das autarquias e a sua ação ao serviço das populações que as compõem. Como se não bastassem as obrigações de «informar» com detalhe e frequência que raíam a coscuvilhice e os despachos de autorização ministerial, pretende-se a criação de estruturas supramunicipais destinadas a sugar alguns dos poderes dos municípios e a exercer tutela efetiva em clara fraude à Constituição.

Reduzem-se os efetivos em pessoal, degradam-se a qualidade técnica dos serviços e a capacidade de enquadramento e direção do trabalho.

E prossegue a brutal asfixia financeira, com a diminuição do montante da participação nos recursos públicos que cabe às autarquias, a afetação de acréscimos de receita a fundos e outras formas de os sonegar à gestão autárquica, a elevação dos encargos existentes e a criação de novos encargos.

Tudo enquanto aumenta exponencialmente a carga tributária sobre as populações e se degradam os serviços que lhes deviam ser prestados.

Tudo visto,

A Assembleia Municipal de ABRANTES, reunida em 22/2/2013 a (data), delibera:

- 1.º Repudiar a eliminação de freguesias e reclamar a inversão do processo no sentido da real aproximação aos eleitores e da pronta resolução dos seus problemas;
- 2.º Rejeitar a ingerência governamental na gestão dos assuntos locais e todas as formas oblíquas de concretizar limitações à autonomia dos municípios e das freguesias, especialmente através da tutela de reguladores e de pseudogestores sem legitimidade democrática direta;
- 3.º Rejeitar o esvaziamento dos municípios inscrito na proposta de legislação sobre atribuições e competências, inseparável do projecto de liquidação de municípios presente no pacto subscrito pelas troikas;

4.º Manifestar a sua oposição ao esbulho sistemático de recursos financeiros e ao acréscimo de encargos e exigir a progressiva reposição da capacidade financeira dos municípios, o alargamento dos recursos do Estado afetos às freguesias, o fim das consignações e a uma distribuição equitativa e transparente.

5.º Reafirmar o seu empenho na defesa do serviço público sob controlo democrático, do Poder Local Democrático e, sobretudo, das populações que representa.

Enviar ao Presidente da República, à Presidente e aos Grupos Parlamentares na AR, ao Governo, à ANMP e ANAFRE e à Comunicação Social

Pebo CDV

Avelino Namana

(doc. 2)

Beltrino S

Carta Educativa do Concelho de Abrantes

Questionámos o executivo camarário das diligências efetuadas, em termos práticos e efetivos, no sentido da revisão da Carta Educativa do Concelho de Abrantes.

Obtivemos a espantosa resposta, que felizmente está transcrita em ata, de que a “DRELVT não encontra razões para a revisão da carta educativa”.

Podemos ler na resposta da DRELVT / Ministério da educação em resposta ao processo da EB de S. Facundo, fazendo referencia ao Dec. Lei 7/2003 que “A elaboração da Carta Educativa do nosso Concelho é da competência da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação”

Também podemos constatar no art.º 20º do mesmo Dec. Lei, que “O Ministério da Educação e as câmaras municipais reavaliam obrigatoriamente de cinco em cinco anos a necessidade de revisão da carta educativa”.

Gostaríamos de ter acesso à resposta da DRELVT, onde refere que não encontra razões para revisão da Carta Educativa.

Gostaríamos também de ter acesso à ata da reunião de Câmara ou de outra qualquer reunião do executivo camarário, onde foi deliberado a não revisão da Carta Educativa do nosso Concelho e a sua fundamentação.

Gostaríamos ainda de ter acesso à ata do Conselho Municipal de Educação onde essa questão foi abordada e decidida.

Se a elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação, é no mínimo correto que seja apresentado e votado neste órgão a decisão da não revisão da Carta Educativa do Concelho de Abrantes, proposta pela Câmara Municipal.

A Carta Educativa do Concelho de Abrantes contempla a sua monitorização e a revisão da mesma, (obrigatória de 5/5 anos) tornando-o num documento dinâmico e aberto, fazendo dela um documento atual.

Efetivamente está contemplada na Carta Educativa aprovada em 27 de Abril de 2007, uma nova escola básica do 1º ciclo na encosta sul, na freguesia de S. João... também já nesta mesma Assembleia Municipal, nos foi apresentado o projeto da encosta Sul.



Mas, em nenhum momento na obsoleta carta de 2007, contempla o encerramento da Escola EB nº2 de Abrantes. Contempla, sim, a “requalificação para melhor satisfação da população escolar”.

E para espanto, sem monitorização e/ou revisão (obrigatória) da Carta Educativa, temos apresentação da construção de um novo equipamento, num território completamente diferente, na área de influência da EB 1 – JI António Torrado na encosta da Barata, perto de dois novos Centros Escolares (Rio de Moinhos e Alferrarede).

Onde estão os estudos que serviram de base a esta decisão?

Onde está o envolvimento das Juntas de Freguesia, das Associações de Pais, dos Professores, dos grupos ou associações locais?

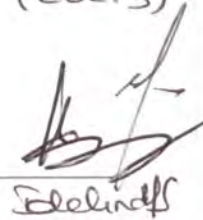
Onde está o estudo do impacto que causa o encerramento de Escolas no centro da cidade, numa altura que todos os resultados dos estudos da regeneração urbana são no sentido da vitalidade e da manutenção dos equipamentos na cidade? Da fixação de população no centro da cidade?

Onde estão os estudos que contemplam uma maior pressão dos fluxos diários da população, para artérias completamente congestionadas?

Isto é o resultado das políticas ziguezagueantes deste executivo, das políticas sem rumo, sem planificação e ao sabor da maré! Políticas nefastas para a cidade e para as freguesias rurais. Descaracterizadoras do nosso território e da nossa identidade.

Manuela Ruivo

22 de Fevereiro de 2013


Etelinda

Bombeiros Municipais de Abrantes

Enquanto responsável máxima das questões relacionadas com a proteção da nossa população e do território concelhio, gostaríamos de ouvir a senhora presidente, em relação à estratégia que envolve o corpo de Bombeiros Municipais, contemplando questões como Agrupamento de Bombeiros do Médio Tejo e Associação Humanitária de Bombeiros de Abrantes.

Manuela Ruivo

22 de Fevereiro de 2013


J. Delina HSAssembleia Municipal de ABRANTES

22 de Fevereiro de 2013

Período Antes da Ordem do Dia

ETAR dos Carochos e Central de Almaraz

Mais uma vez a ETAR dos Carochos.

Apesar desta ETAR receber os efluentes de uma boa parte dos utilizadores da cidade e, como tal, de importância inquestionável, encontra-se em total abandono, há quase duas décadas.

Depois de muita insistência para a resolução do problema a nível local - sem resultados - a 18 de Fevereiro de 2009, o Bloco de Esquerda interpela o Governo sobre o problema.

A 1 de Abril do mesmo ano, a Dra. Maria José Ribeiro, Chefe de Gabinete dos Assuntos Parlamentares, encarregada pelo então Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, através de vistoria ao local feito pela ARH do Tejo, I. P., confirmou a situação de abandono que impossibilitava a sua recuperação.

Tal situação configurava uma infração e em 23 de Abril de 2009 foi levantado um auto de notícia oficiando a CMA de que tinha 20 dias para apresentar a este organismo uma proposta de solução que permitisse resolver esta situação.

A 13 de Março de 2009, o presidente da autarquia à data, Nelson Carvalho, disse à Lusa "que a autarquia está a estudar a possibilidade de antecipar o investimento previsto para instalação da nova ETAR de 2010 ainda para este ano».

A 27 de Abril de 2009, Maria do Céu Albuquerque, responsável pelo pelouro do Ambiente da Câmara de Abrantes à época, afirmou à agência Lusa que "seria instalada uma ETAR compacta, enquanto não se constrói uma nova ETAR no local".

A 16 de Fevereiro de 2013, numa visita à ETAR verificámos que tudo permanece exatamente igual, ou pior..

O volumoso caudal de esgotos continuam a desaguar diretamente no rio Tejo, contaminando o solo e a água introduzindo-se na cadeia alimentar através de peixes, aves e plantas. As populações ribeirinhas de Tramagal, Rio de Moinhos, Constância, Praia do Ribatejo e todas as que estão a jusante, sem nada contribuem para este atentado ambiental, são as mais afetadas.

E mais uma vez, Sr^a presidenta: Para quando a resolução do problema?



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Abrantes

Incidente num reator nuclear de Almaraz

No último sábado, dia 16 de fevereiro houve, uma vez mais, um incidente num reator nuclear de Almaraz.

Segundo as organizações ecologistas, a central nuclear de Almaraz "representa um perigo para Portugal e para o ambiente em geral", pois está localizada a 100 quilómetros da fronteira portuguesa.

As populações ribeirinhas, como é o nosso caso, poderão ter problemas acrescidos porque as águas do Tejo podem ser contaminadas.

Pergunta:

O executivo camarário teve conhecimento deste acidente na Central Nuclear de Almaraz?

Há algum plano especial em caso de situação mais grave?

Está o executivo camarário disponível para, em cooperação com diversas associações ecologistas, lutar pelo encerramento da central nuclear de Almaraz?

Manuel António



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Abrantes

[Handwritten signature]
Recebi em 15

Assembleia Municipal de ABRANTES

22 de Fevereiro de 2013

Proposta de Recomendação

O Direito à Água e ao Saneamento e o seu acesso económico (nos termos e para os efeitos do artigo 53.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

Considerando que:

1 - O Direito à Água e ao Saneamento foi considerado um Direito Humano, pela Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas n.º A/RES/64/292, adotada em 28 de Julho de 2010¹.

2 - Tal resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas reconhece o direito ao acesso a água potável e ao saneamento como um Direito Humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos, apelando para tal a que os Estados e execução e tecnologia para a aumentar os esforços com vista a assegurar a todos o acesso físico e economicamente comportável a água potável e saneamento.

3 - Já em Novembro de 2002, o Comité das Nações Unidas para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais adotou o seu comentário geral N.º 15 sobre a Convenção Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais², reconhecendo o direito à água e afirmando que o direito humano à água prevê que todos tenham água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a preços razoáveis para usos pessoais e domésticos, proibindo ainda toda e qualquer forma de discriminação no acesso à água e saneamento, designadamente quanto aos estratos mais vulneráveis das populações.

4 - Conforme referido em "The Right to Water - Factset n.º 35", da autoria do Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU³, o preço direto e indireto dos serviços de água e saneamento não devem impedir ninguém de aceder a esses serviços e não devem comprometer a capacidade de gozo de outros Direitos Humanos, designadamente o direito à alimentação, à habitação e à saúde⁴.

5 - Incumbe pois, aos Estados ou autoridades locais, promover o acesso aos níveis mínimos essenciais do direito à água, que inclui o acesso a uma quantidade mínima essencial de água.

6 - Para tanto, deverão, de acordo com o Comentário Geral n.º 15 sobre a Convenção Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, assegurar as medidas necessárias que deverão incluir políticas de preço adequadas, como tarifas low cost ou gratuitas⁵.

7 - Pese embora o Direito à Água não obrigar, em absoluto, à disponibilização dos serviços a título gratuito, em certas circunstâncias, o acesso á água e ao saneamento pode ser gratuito atendendo à incapacidade económica do utente⁶.

¹ Disponível in <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/479/35/PDF/N0947935.pdf?OpenElement>

² Disponível in [http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/0/a5458d1d1bbd713fc1256cc400389e94/\\$FILE/G0340229.pdf](http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/0/a5458d1d1bbd713fc1256cc400389e94/$FILE/G0340229.pdf)

³ Disponível in disponível in <http://www2.ohchr.org/english/>

⁴ Ver "The Right to Water, factsheet n.º 35", pp. 11 e 12, disponível in <http://www2.ohchr.org/english/>

⁵ Ver "The Right to Water, factsheet n.º 35", pp. 11 e 12, disponível in <http://www2.ohchr.org/english/>



8 - A concretização do Direito à Água, na sua componente do acesso económico tem sido concretizada pelos vários Estados de diferentes formas, destacando-se a proibição da desconexão dos serviços por não pagamento, operada em Inglaterra e no País de Gales, na Nova Zelândia⁷, bem como a distribuição gratuita das quantidades essenciais de água para consumo doméstico, como é prática na África do Sul⁸.

9 - É certo que surgem alguns inconvenientes na aplicação destas medidas, aliás expressos na obra citada de Catarina de Albuquerque, bem como a previsão da existência de tarifários sociais na Recomendação n.º 02/2010 da ERSAR⁹, a utilização das medidas referidas em 8 afigura-se como o único método claro e eficaz de garantir a não exclusão, por razões económicas, do acesso ao direito à água e ao saneamento.

10 - A Organização Mundial de Saúde estima entre 50 e 100 litros diários por pessoa como valor suficiente para assegurar as necessidades mais básicas, com poucos riscos sanitários, concluindo ainda que entre 20 e 25 litros diários por pessoa são um mínimo, acarretando no entanto sérios riscos sanitários¹⁰.

11 - O direito à água e ao saneamento, enquanto Direito Humano, exige de todas as autoridades públicas medidas com vista à sua efetivação, tendo ainda em conta que a água é um recurso natural, que deve ser de todos, e a todos deve ser acessível.

12 - É da competência própria da Câmara Municipal a fixação de preços e de tarifas (artigo 64.º, n.º 1, alínea j)), podendo no entanto a Assembleia Municipal, nos termos do artigo 53.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, *"Pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições da autarquia"*.

A Assembleia Municipal de Abrantes, reunida em Sessão Ordinária a de de 2013, no uso da competência que lhe é conferida nos termos do artigo 53.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera:

I - Recomendar à Câmara Municipal de Abrantes, através do SMA, que não proceda ao corte ou desconexão de serviços de água e saneamento, por falta de pagamento dos mesmos, em habitações de utilização permanente, sem primeiro averiguar da verdadeira situação financeira do utente em questão.

II - Recomendar à Câmara Municipal de Abrantes, a adequação dos tarifários permitindo assegurar a distribuição gratuita de 50 litros de água, por dia e por habitante de cada habitação de utilização permanente, em caso de manifesta necessidade económica.

Manuel António

⁶ Ver "The Right to Water, factsheet n.º 35", pp. 11 e 12, disponível in <http://www2.ohchr.org/english/>

⁷ Ver Catarina de Albuquerque, in "On the right track – Good Practices in realizing the rights to water and sanitation", pág. 61, disponível in <http://www2.ohchr.org/english/>

⁸ Ver Catarina de Albuquerque, in "On the right track – Good Practices in realizing the rights to water and sanitation", pp. 83 e 91, disponível in <http://www2.ohchr.org/english/>

⁹ Disponível in <http://www.ersar.pt/website/ViewContent.aspx?SubFolderPath=%5cRoot%5cContents%5cSítio%5cMenuPrincipal%5cDocumentacao%5cOutrosdocumentos%5cMenuPrincipal&FolderPath=%5cRoot%5cContents%5cSítio%5cMenuPrincipal%5cDocumentacao&BookTypeID=5&BookCategoryID=2>

¹⁰ "The Right to Water, factsheet n.º 35", pp. 8 e 9, disponível in <http://www2.ohchr.org/english/>

**Bloco de Esquerda**

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Abrantes


João LuísAssembleia Municipal de ABRANTES

22 de Fevereiro de 2013

Moção

Autonomia Local e tarifários dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos (nos termos e para os efeitos do artigo 53.º, n.º 1, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

Considerando que:

- 1 - A prestação de serviços de abastecimento público de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos é uma atribuição dos Municípios, competindo às respetivas câmaras municipais deliberar sobre o seu tarifário.
- 2 - A fixação de tais tarifas é uma inequívoca expressão da autonomia local, permitindo a cada município, de acordo com a sua situação financeira, utilizar as tarifas como veículo para a prossecução de políticas económicas e sociais no seu território, nos termos do artigo 238.º da Constituição da República Portuguesa.
- 3 - No atual modelo de regulação a intervenção tarifária da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) se limita à elaboração de recomendações tarifárias, que não vinculam os municípios.
- 4 - Este Governo, através da sua ação legislativa, tudo tem vindo a fazer para diminuir a autonomia dos municípios na fixação das tarifas de serviços de abastecimento público de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos, visando essencialmente o aumento das tarifas para tornar a privatização desses serviços atrativa.
- 5 - Sendo o primeiro passo do Governo a imposição aos municípios que recorreram ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) da adequação dos seus tarifários às recomendações da ERSAR (ver artigo 6.º, n.º 2, alínea b) da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto).



6 - A Proposta de Lei n.º 122/XII/2.^a, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais¹, designadamente o seu artigo 21.º, n.º 4, impõe que os preços dos serviços de abastecimento público de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos sejam fixados de acordo com regulamento a aprovar.

7 - Por sua vez, a proposta de Lei n.º 125/XII/2.^{a2}, que aprova os estatutos da ERSAR, nos termos do artigo 5.º do seu anexo, atribui à ERSAR a competência para:

- i) Fixar as tarifas para os sistemas de titularidade estatal, incluindo as devidas diretamente pelos utilizadores finais aos sistemas multimunicipais, assim como supervisionar outros aspetos económico-financeiros das entidades gestoras dos sistemas de titularidade estatal, nomeadamente emitindo pareceres, propostas e recomendações, nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis (artigo 5.º, n.º 3, alínea c) do Anexo à proposta de Lei n.º 125/XII/2.^a);
- ii) Regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas nos sistemas de titularidade municipal, qualquer que seja o modelo de gestão, nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis (artigo 5.º, n.º 3, alínea d) do Anexo à proposta de Lei n.º 125/XII/2.^a);

8 - A conjugação das normas referidas em 6 e 7, em caso de aprovação dos respetivos diplomas, constituem uma clara diminuição da autonomia local na fixação das tarifas a que respeitam, privando as autarquias locais da sua capacidade de, em função dos interesses locais, disporem dos tarifários como instrumento de políticas económicas e sociais, e desta forma pondo em causa a autonomia local constitucionalmente consagrada.

9 - O objetivo claro destas propostas é obrigar a um aumento dos tarifários dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos, reduzindo ainda o elemento democrático da fixação dos mesmos, ao transferir o essencial da competência para a sua fixação de órgãos democraticamente eleitos para órgãos de nomeação.

¹ Disponível in <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=37420>

² Disponível in <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=37438>



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Abrantes

[Handwritten signature]
Edição

10 - Encontram-se, neste momento, em apreciação na Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 122/XII/2.ª e a Proposta de Lei n.º 125/XII/2.ª, competindo às Assembleias Municipais tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia (artigo 53.º, n.º 1, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro).

A Assembleia Municipal de Abrantes, reunida em Sessão Ordinária a de de 2013, no uso da competência que lhe é conferida nos termos do artigo 53.º, n.º 1, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera:

I - Manifestar o seu desacordo com a redução da autonomia e discricionariedade dos órgãos dos municípios na fixação das tarifas dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos operada pela Proposta de Lei n.º 122/XII/2.º e pela Proposta de Lei n.º 125/XII/2.º, apelando para que se tomem todas as medidas que visem a manutenção da sua competência própria e discricionária de fixação de tais tarifas.

II - Aprovar esta deliberação em minuta, e com efeitos imediatos, e proceder à sua remessa a Suas Excelências a Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Ministro de Estado e das Finanças, o Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, a Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, a Secretária de Estado da Administração Local e aos líderes dos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República.

Manuel António

Manuel António Rodrigues Lays



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Abrantes

(doc.7)

Assembleia Municipal de ABRANTES

22 de Fevereiro de 2013

Moção

Pela titularidade e gestão pública dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos (nos termos e para os efeitos do artigo 53.º, n.º 1, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

Considerando que:

- 1 - O Direito à Água e ao Saneamento foi considerado um Direito Humano, pela Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas n.º A/RES/64/292, adotada em 28 de Julho de 2010¹.
- 2 - Tal resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas reconhece o direito ao acesso a água potável e ao saneamento como um Direito Humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos, apelando para tal a que os Estados e execução e tecnologia para a aumentar os esforços com vista a assegurar a todos o acesso físico e economicamente comportável a água potável e saneamento.
- 3 - Já em Novembro de 2002, o Comité das Nações Unidas para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais adotou o seu comentário geral Nº 15 sobre a Convenção Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais², reconhecendo o direito à água e afirmando que o direito humano à água prevê que todos tenham água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a preços razoáveis para usos pessoais e domésticos, proibindo ainda toda e qualquer forma de discriminação no acesso à água e saneamento, designadamente quanto aos estratos mais vulneráveis das populações.
- 4 - A prestação de serviços de abastecimento público de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos é uma atribuição dos municípios.
- 5 - A prestação dos serviços de abastecimento público de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos é um monopólio natural, não beneficiando os seus utilizadores de qualquer vantagem directa que se pudesse advogar em seu favor, como as que, eventualmente, poderiam resultar da livre concorrência no sector.

¹ Disponível in <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/479/35/PDF/N0947935.pdf?OpenElement>

² Disponível in [http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/0/a5458d1d1bbd713fc1256cc400389e94/\\$FILE/G0340229.pdf](http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/0/a5458d1d1bbd713fc1256cc400389e94/$FILE/G0340229.pdf)



6 - Aliás, a entrada de entidades privadas na titularidade ou gestão destes serviços tem levado, genericamente, a uma escalada dos preços dos mesmos e, em muitos casos à deterioração dos serviços prestados.

7 - Acresce que a prática dos operadores privados no sector, no que a Portugal respeita, tem demonstrado a insaciabilidade dos mesmos quanto a lucros e benesses económicas, ocorrendo muitas vezes ao abrigo de contratos e práticas ruinosas para as autarquias locais e respetivas populações.

8 - A essencialidade à vida destes serviços aconselha à sua gestão por entidades públicas e politicamente responsáveis perante os eleitores, assegurando assim o mais amplo escrutínio público das políticas do sector e assegurando, numa perspetiva diversa da mera obtenção de lucro, a efectiva concretização do Direito Humano à água e saneamento.

9 - Encontra-se, neste momento, em apreciação na Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 123/XII/2.^a,³ que permite e alarga o acesso de operadores privados à gestão de sistemas de abastecimento de água, saneamento e resíduos, competindo às Assembleias Municipais tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia (artigo 53.º, n.º 1, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro).

A Assembleia Municipal de Abrantes, reunida em Sessão Ordinária a de de 2013, no uso da competência que lhe é conferida nos termos do artigo 53.º, n.º 1, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera:

I - Assumir a defesa da titularidade e gestão exclusivamente pública dos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos, atendendo ao carácter de Direito Humano à Água e ao Saneamento.

II - Aprovar esta deliberação em minuta, e com efeitos imediatos, e proceder à sua remessa a Suas Excelências o Presidente da República, a Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Ministro de Estado e das Finanças, o Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, a Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, a Secretária de Estado da Administração Local e aos líderes dos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República.

Manuel António

³ Disponível in <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BiD=37437>

2013.02.15

O Presidente

[Handwritten signature]
Adinor H
(doc. 8)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 22 DE FEVEREIRO DE 2013

PONTO DE SITUAÇÃO DAS ATIVIDADES MUNICIPAIS

PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO

Desenvolvimento Económico

A TAGUS valorizando o que de melhor se produz nos concelhos de Abrantes, Constância e Sardoal e com o objetivo de estimular o consumo local preparou 13 cabazes de Natal compostos por produtos da região.

O Tecnopolo do Vale do Tejo, em Abrantes, recebeu, no passado dia 10 de Janeiro, uma sessão com três dos comercializadores de energia elétrica presentes no mercado liberalizado. A iniciativa foi promovida pela MédioTejo21 - Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, com o objetivo de apoiar o processo de entrada dos municípios do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul no mercado liberalizado. Mais de 38 representantes de Câmaras, empresas associadas da MédioTejo21 e outras entidades participaram nesta reunião que possibilitou à EDP Comercial, Galp Power e Iberdrola prestar esclarecimentos aos participantes sobre as vantagens do mercado liberalizado face ao mercado regulado.

No dia 19 de janeiro o INOV'LINEA apresentou às empresas do sector alimentar a recente tecnologia adquirida pelo Centro. O equipamento de conservação por aquecimento óhmico é o primeiro no País a estar disponível para as empresas sem terem de o adquirir.

Realizou-se no passado dia 31 de janeiro uma sessão de esclarecimentos dos Sistemas de Incentivo PME's, dirigida a empresários e com o objetivo de apresentar as soluções e serviços de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) que as entidades e empresas instaladas no Parque de Ciência e Tecnologia, em Abrantes, dispõem, bem como as linhas de financiamento que existem, como funcionam, quais as condições de acesso, os prazos e que tipos de incentivos fornecem.

Foram distinguidas, pelo IAPMEI, com o Galardão "PME Excelência 2012", as seguintes empresas do concelho de Abrantes:

- C. P. P. - Comércio de Produtos Petrolíferos, Lda
- Gásunidos - Comércio de Gás e Equipamentos, Lda
- Momsteelpor, S.A.
- Sofalca - Sociedade Central de Produtos de Cortiça, Lda

Realizou-se no dia 20 de fevereiro, no Tecnopolo de Abrantes, a apresentação do programa «Valorizar – Criar Valor com o Território», por parte da CCDR Centro. O programa tem como objetivo apoiar iniciativas de micro empresas em territórios com problemas de interioridade, criando ou fixando emprego e dinamizando economias locais. Será um sistema simplificado de atribuição de incentivos.

Encerramento das atividades alusivas à quadra natalícia, no dia 05 de Janeiro, com o Concerto de Ano Novo, na Igreja de S. Vicente. Realizou-se também o sorteio e entrega dos prémios relativos ao “Sorteio de Natal”, no âmbito das iniciativas natalícias promovidas no Centro Histórico.

Visita à Bolsa Internacional de Turismo a decorrer em Milão, Itália de 13 a 16 de fevereiro.

Organização do II Encontro Ibérico do Azeite de 22 a 24 de fevereiro.

Alienação de Lote – Parque Industrial – alargamento da fábrica SAOV- Sociedade Agrícola Ouro Vegetal, S.A.

Comunicação

Execução da exposição: Cinema em Abrantes [1931-1974]

Mostra documental, promovida pelo Arquivo Municipal Eduardo Campos, que percorre as salas de cinema do Concelho através de cartazes e fotografias da época

Execução da exposição: 30 anos de arquivo em Abrantes

Ao comemorar o 30º aniversário, o arquivo preocupa-se em reafirmar uma história que se constrói diariamente, onde se afirma como protagonista que garante a preservação das memórias e a sua divulgação

Execução da exposição: Camilo Castelo Branco, 150 anos da 1ª edição do Amor de Perdição

Como forma de evocar esta data, a Biblioteca Municipal António organizou esta exposição com capas de primeiras edições e referência às adaptações para teatro, ópera e cinema do romance obra mais popular de Camilo Castelo Branco

“Descobrir Abrantes”

Organização da versão atualizada do roteiro turístico de Abrantes

Biblioteca Itinerante de Abrantes (BIA)

Criação da imagem

Apresentação “Mais Regeneração Urbana”

Feira de Matias

Execução dos materiais promocionais do evento

II Encontro Ibérico do Azeite

Construção do site, execução de material gráfico e divulgação da iniciativa

Hortas comunitárias

Criação da imagem

BTL

Execução do stand, em colaboração com os Municípios de Constância e Vila Nova da Barquinha

INTERVENÇÃO SOCIAL

Cultura

Eventos

Cine Teatro

Animação Cultural/Espectáculos

Música – Concerto de Ano Novo com “ Filipa Passos e Francisco Sassetti”

Música – Projeto Viver a Música (música dos anos 60)

Música – Concerto “Ana Lains”

Música – “Virgem Suta”

Cedências do Cine Teatro S. Pedro

Grupo de Teatro Palha de Abrantes - Danças de Salão (7 cedências)

Universidade da Terceira Idade – Danças de Salão (14 cedências)

Palha de Abrantes – Cine Clube Espalhafitas às quartas (7 cedências)

Cinema Sénior- Palha de Abrantes (1 cedência)

Cinema Infantil - Palha de Abrantes (1 cedência)

Jardim de Infância S. João Batista - Festa de Natal (1 cedência)

Escola de Música Acácio Teixeira – apresentação da escola de música (1 cedência)

Atividades seniores

Baile Sénior – F&M

Galeria Municipal de Arte

Exposição de Cerâmica – “Figurado de Barcelos”

Exposição Fotográfica – “Lost In The City” de José Mendes de Almeida

Museu D. Lopo de Almeida

Exposição – “A Vida e a Morte na Pré-História recente do concelho de Abrantes”

Mercado Criativo

Exposições Temporárias

Delfina Nunes – Tramagal (Restauro de moveis antigos / Baús de Pele e Palhinhas)

Oficina Criativa Kaissercrosart;

Exposição de Teresinha Valle Santos pintura trabalhos criativos e decoração

Saberes com Sabores – Artesanato tradicional e sabores

Alma Lusa

Atelier de pintura e desenho Susana Rosa

Tagus

Serviços educativos

Cine Teatro – Oficina “Cidades Sonoras” com a participação da turma de animação da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural

Museu – “Brincar de Arqueólogo” 2 ateliês

Outras Atividades

Desfile de Carnaval

Análise das candidaturas ao FINABRANTES

Planificação da programação para a Feira de S. Matias

Preparação do processo de certificação Herity, do Cine Teatro de S. Pedro e Igreja de S. Vicente

Elaboração do projeto dos trabalhos arqueológicos para 4 anos, no Castelo de Abrantes, a submeter à Direção Geral do Património Cultural

Turismo

Ações promocionais

Mostra de Produtos Regionais integrada na Feira de S. Matias

Festival de Gastronomia de Abrantes “Sabores do Tejo com azeite ”

Feiras, certames, exposições

Exposição de Natal de 1 a 31 dezembro no Mercado Criativo. Participação de 18 artesãos do concelho de Abrantes

Agilização do processo junto dos artesãos para representação do Município na Festa de N^a Sr^a da Boa Viagem, Constância

Exposição “O S. João e as Fontes” – Exposição itinerante que já passou pelas sedes das seguintes freguesias Martinchel, Aldeia do Mato, Rio de Moinhos, Souto e Fontes

Ações com agentes do sector

Preparação do Programa *Hosted Buyers* integrado na BTL 2013 - Participação de um total de 15 empresas turísticas (8 unidades de alojamento, 3 empresas de animação turística, 3 agências de viagem, e o Kartódromo)

TLVT - Guia de Eventos

Comissão vitivinícola regional do Tejo

Divulgação do 4º Concurso de Iguarias de Vinhos do Tejo de 9 e 24 de março. Informação enviada para 41 estabelecimentos de restauração

Material de divulgação

Produção de conteúdos do Roteiro Turístico “Descobrir Abrantes” editado em 2009 para futura reedição

Projetos, estudo, investigação

Produção e elaboração dos conteúdos para o Guião «Visita à cidade de Abrantes que “DES”conheces!».

Projeto - Centro de Interpretação do Tejo Ibérico - CITEJO

Revisão dos conteúdos e das imagens que complementam os textos

EDUCAÇÃO E ACÇÃO SOCIAL

Educação

Requalificação da Rede Escolar do Concelho de Abrantes

Acompanhamento, avaliação e monitorização do parque escolar do concelho de Abrantes (pré-escolar e 1º ciclo)

Agregação de escolas

Participação da autarquia nas reuniões com a DRELVT e escolas do concelho, com vista à agregação da Escola Dr. Solano de Abreu com o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida e do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes com o Agrupamento Escolar de Tramagal

Atividades de Enriquecimento Curricular

Realizada reunião de avaliação do 1º período, com todos os parceiros

Educação Pré-Escolar

Assinatura do Acordo de Cooperação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – ano letivo 2012/2013

Refeições Escolares

Recolha de elementos de todos os alunos do pré-escolar e 1º ciclo, para cumprimento da obrigação de emissão de fatura, relativa a refeições escolares

Acompanhamento e monitorização das refeições escolares servidas nas escolas de 1º ciclo e pré-escolar do concelho de Abrantes

Transportes Escolares

Avaliação das necessidades de transportes escolares dos alunos do concelho de Abrantes, para posterior elaboração do Plano de Transportes Escolares para 2013/2014

Assinatura do Protocolo Relativo aos Transportes Escolares – Ano letivo 2011/2012 – com a DRELVT

Plano Nacional de Promoção da Saúde Oral – Ano letivo 2012/13

Desde novembro, até à presente data, coordenação e acompanhamento do transporte de cerca de 110 crianças, pertencentes a 8 escolas de 1º ciclo do concelho, para o Centro de Saúde de Alferrarede

Protocolos com as Juntas de Freguesia para a manutenção e funcionamento dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1º ciclo do concelho de Abrantes

Assinatura dos protocolos entre a Câmara Municipal de Abrantes e as Juntas de Freguesia em 23 de janeiro de 2013

Prémio de Mérito Escolar

Assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal, Tejo Energia, Escola Dr. Manuel Fernandes, Escola Dr. Solano de Abreu, Escola Octávio Duarte Ferreira e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural e entrega dos prémios de mérito aos melhores alunos que concluíram o ensino secundário nas escolas do concelho de Abrantes no ano letivo 2011/2012, em 21 de dezembro de 2012.

Conselho Municipal de Educação

Realização de reunião em 30 de janeiro de 2013. Entre outros assuntos foi apresentada e discutida a proposta sobre a nova localização do Centro Escolar de Abrantes.

Ação Social

Programa Finsocial

Avaliação dos relatórios intercalares e monitorização dos projetos realizados em 2012

Programa FINABRANTES

Avaliação das 11 candidaturas dos projetos a desenvolver em 2013

Cidadania e Igualdade

Workshop “Igualdade de Género nos Planos de Ação das Comissões Sociais de Freguesia” seguido de oficina prática na Panificadora Upantina

Dinamização de atividades no programa “Natal é Festa – Férias Jovens 2012” – Visita ao Banco Alimentar e Bombeiros Municipais de Abrantes – Inclusão e diversidade cultural

Realização do Fórum “Responsabilidade Social e Igualdade de Género” dirigido a entidades empregadoras, associações profissionais e patronais

Ações de sensibilização sobre “Bullying” para a comunidade escolar da Escola Básica 2/3 D. Miguel de Almeida (15 turmas – 200 alunos/as e 12 docentes)

Workshop “Cidadania e Igualdade no Desporto – Corfebol” com alunos e alunas de 2º e 3º ciclo da Escola Básica 2/3 D. Miguel de Almeida, dinamizado pela Federação Portuguesa de Corfebol

Fórum “Agir para a Mudança – Igualdade e Cidadania no Desporto” dirigido às associações e clubes desportivos, técnicos da área do desporto e população em geral – Participação da Associação Portuguesa de Mulheres e Desporto e Federação Portuguesa de Corfebol com apresentação de boas práticas

Realização do Workshop “Eu Tu Ele Ela” com a comunidade educativa do ensino secundário da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes (EPDRA) em parceria com o Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta em Abrantes

Rede especializada da intervenção na violência

Atendimento a 3 novas situações

Em acompanhamento 3 processos

Serviço de Teleassistência

Renovado o protocolo com a Cruz Vermelha. Realizada monitorização trimestral ao serviço de Teleassistência

Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

Recebidos 29 novos processos desde o mês de dezembro

Em acompanhamento com apoio financeiro mensal - 38 agregados familiares, abrangendo 117 pessoas

Processos diversos de ação social

Foram recebidos 2 processos de ação social, não enquadráveis nos programas existentes, mas em acompanhamento no serviço

Projeto-Piloto Mediadores Municipais

16 ações de mediação junto da comunidade cigana

Participação em 5 sessões de formação organizadas pelo ACIDI

Participação da mediadora pelo Conselho da Europa no Congresso Romed em Bruxelas

Realização de 23 atendimentos/intervenções de articulação com a comunidade cigana e com instituições públicas

Acompanhamento semanal de 7 crianças e jovens em meio escolar no sentido de combater o absentismo escolar da comunidade cigana

Banco Social

7 Processos rececionados

Atendimento social

Realização de 137 atendimentos sociais com as seguintes problemáticas: 18 habitação, 3 violência doméstica, 80 carência económica, 5 saúde

Rede Social

Realização de reunião de CLAS em 19 de dezembro de 2012

Aprovação do regulamento das cantinas sociais

Participação na reunião de plataforma supraconcelhia em 31 de janeiro

Avaliação dos projetos e emissão de pareceres para a criação de novos equipamentos sociais no concelho

Bibliotecas e Arquivo Municipal

Serviço de Bibliotecas

Exposições

"Exposição de presépios" (coleção particular de presépios de José Barata)

"A cor do Natal" (exposição de pintura e desenho)

"Versões de um Amor de Perdição: exposição comemorativa dos 150 anos da 1ª edição do Romance de Camilo Castelo Branco"

"Details" (exposição de pintura da AMARTE, escola de artes)

Outras Atividades

Uma noite na biblioteca – Livros que sonham

Hora do conto - Ateliês de animação sobre leitura e cidadania (5 atividades)

Férias Jovens – Natal é Festa – Colaboração a tempo inteiro, durante 1 semana, de dois elementos do Serviço Educativo da Divisão de Bibliotecas e Arquivo

Ação de sensibilização sobre o Dia Mundial do Braille

Ler os nossos... com Patrícia Fonseca

Entre nós e as palavras com... Valter Hugo Mãe

Encontro com... Rita Taborda Duarte

Ateliês de pintura no âmbito da exposição "Details" (4 atividades)

Projeto de animação de leitura "À Roda das Histórias"(85 atividades)

Planeamento e organização das Férias Jovens - Páscoa em Movimento

Planeamento e organização das Férias jovens – Bit & Byte a realizar no Edifício Pirâmide

Realização do Relatório Anual de Atividades de 2012

Apresentação da revista "Filosofalando"

Formação "Oficina de Escrita Literária", com José Alves Jana (8 atividades)

Feira das edições municipais e autores locais

Dinamização/restruturação do *site* da Biblioteca Municipal António Botto: Produção de novos conteúdos

Conclusão do processo da BIA – Biblioteca Itinerante de Abrantes: - Aquisição de fundos bibliográficos; - Aquisição de equipamentos informáticos; Análise de trajetos, horários e serviços a prestar ao público; Catalogação dos fundos; - Acompanhamento/monitorização do trabalho de transformação de viatura para biblioteca itinerante

Conclusão da instalação do Ponto de Acesso à Biblioteca (PAB) em Concavada

Estudo de implementação do Ponto de Acesso à Biblioteca (PAB) em Vale das Mós

Conclusão da inventariação do espólio de João Alçada

Conclusão da seleção e catalogação de fundos bibliográficos da Biblioteca Pública de Alferrarede (Pólo) e transferência para a biblioteca do novo Centro Escolar de Alferrarede

Conclusão da seleção e catalogação de fundos bibliográficos da Biblioteca Pública de Mouriscas (Pólo) e transferência para a biblioteca do novo Centro Escolar de Rio de Moinhos (2000 monografias)

Conclusão da seleção e catalogação de fundos bibliográficos da Biblioteca Pública de Tramagal (Pólo) e transferência para a biblioteca do novo Centro Escolar de Tramagal (cerca de 2000 monografias)

Conclusão da seleção e catalogação de fundos bibliográficos da Biblioteca Pública de Tramagal (Pólo) e transferência para a biblioteca do novo Centro Escolar de Bemposta - cerca de 2000 monografias

Continuação da catalogação do fundo existente no depósito de circulação da biblioteca municipal, constituído por cerca de 2000 monografias

Conclusão da remodelação/organização do espaço da Biblioteca Lisardo Leitão (Bemposta)

Continuação da reestruturação/organização da biblioteca escolar da Escola nº 2 de Abrantes, catalogação de fundos bibliográficos e montagem de estantes.

Continuação da reestruturação/organização da biblioteca escolar António da Escola António Torrado e (re)catalogação de fundos bibliográficos

Apresentação da proposta de alteração ao Regulamento da Biblioteca Municipal António Botto

Continuação do processo de transferência de suporte (de cassete áudio para DVD) do fundo sonoro do SELESE (Serviço de Leitura em Suportes Especiais)

Organização e desenvolvimento de processos de aquisição e manutenção de equipamentos, bens e serviços

Gestão de edições municipais e outras publicações à venda nos espaços municipais

Gestão de fundo permanente e elaboração de mapas de receitas

Funcionamento de um sistema de registo de atendimento na Biblioteca Municipal António Botto, para efeitos estatísticos

Implementação de um Sistema de Gestão Integrada de Terminais Informáticos no Setor Multimédia

Serviço de Arquivo

Concluída a 13 de dezembro, a colaboração com a Autoridade Tributária e Aduaneira na Avaliação Geral de Imóveis - disponibilização de informação para avaliação e fornecimento de processos (6.334 processos), abrangendo todas as freguesias do Concelho

Entre 4 e 28 de janeiro de 2013, as Juntas de Freguesia de Aldeia do Mato, Alferrarede e Alvega, procederam ao Depósito dos seus fundos documentais, no Arquivo Municipal Eduardo Campos

Iniciou a 5 de janeiro e decorrerá até 31 de março de 2013, uma mostra documental cujo tema é "Cinema em Abrantes, entre 1931 e 1974"

DESPORTO E JUVENTUDE

Serviço de Desporto

Eventos/Atividades

Convívio Hidro-Sénior

Torneio Ténis de Mesa

Torneio Jovem Nadador

Acção de Formação – Preparar o Atleta do Futuro

Projetos

Projeto de Apoio à Expressão Físico-Motora no Pré-Escolar

Projeto + Vida

Eventos apoiados

Campeonato Regional de Clubes - Natação

Torneio Nacional de Equipas Emergentes-Sevens - Rugby

Estágios/Formação

Estágio da Seleção Nacional de Júniores e Cadetes – Federação Portuguesa de Canoagem

Formação Internacional de Treinadores de Basebol Nível 2

Programa FINABRANTES

Assinatura dos Contratos Programa relativos à Medida 2 – Desporto do Programa de Apoio às Coletividades do Concelho de Abrantes

Serviço de Juventude

Eventos/Atividades

Férias Jovens “Natal é Festa”

Projetos em curso

Instalação de «Loja Ponto Já» em parceria com o Instituto Português do Desporto e Juventude

Eventos apoiados

Programas de Apoio ao Associativismo Jovem – Associação Juventude Acção no Futuro

Stereo Clubbing – Forum e Live Acts

Carnaval Experimental – Associações de Estudantes das Escolas Secundárias Dr. Solano de Abreu e Dr. Manuel Fernandes

+ RUA - REGENERAÇÃO URBANA DE ABRANTES

Aquisição e fornecimento de Informação

Apoio na elaboração do *Masterplan* do Centro Histórico de Abrantes – Fase Conclusão

Desenvolvimento de Aplicações

Desenvolvimento da aplicação para a gestão de frações e edifícios, e preenchimento da Base de Dados da Informação Cadastral dos imóveis, com a colaboração serviço SIG

Desenvolvimento da aplicação para a gestão de estabelecimentos comerciais, e preenchimento da Base de Dados da Informação, com a colaboração serviço SIG

Recolha de Resíduos no Centro Histórico de Abrantes

Implementação de nova solução de recolha de resíduos sólidos urbanos e personalização dos respetivos contentores em parceria com os SMAS

“aBUSa”

Coordenação geral dos sistemas de transporte coletivo e a sua interligação com a Rodoviária do Tejo

Estacionamento

Organização do estacionamento no Centro Histórico em fase de implementação

Receção dos elementos (documentos) para aquisição de um dístico de estacionamento (comerciantes e residentes) e a sua respetiva análise

Mobiliário Exterior

Aquisição de mobiliário de esplanada para os estabelecimentos do Centro Histórico

Aquisição de Papeleiras para o Centro Histórico

Pesquisa e desenvolvimento do programa, normas de concurso referentes a iniciativa “+Comércio no Centro”

Notificação dos proprietários por forma a saber do seu interesse em aderir a iniciativa

Jardim da República

Acompanhamento da intervenção e requalificação do Jardim

OBRAS E URBANISMO

Serviços de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

PDM (Alteração – Aglomerados Rurais)

Concluída proposta, em função dos pareceres das entidades e reuniões de concertação

Aguarda informação (aquisição às estradas de Portugal - contagens de tráfego - Ruído), para posterior envio à CCDR-LVT

PDM (Revisão)

Recebido parecer da Comissão de Acompanhamento

Em concertação, cronograma dos trabalhos para a elaboração da proposta final, com a equipa técnica – SVI

Em atualização, relatórios de caracterização e diagnóstico

REN Bruta (Revisão do PDM)

Concluída proposta de REN Bruta e Relatório sobre a definição de zonas ameaçadas por cheias

Enviada proposta para a CCDR-LVT, em função das reuniões de concertação e parecer da CCDR-LVT

Revisão do Plano de Urbanização de Abrantes - PUA

Deliberada a revisão do Plano de Urbanização de Abrantes – Participação Pública (site)

Plano de Urbanização do Pego (Alteração)

Proposta enviada à CCDR-LVT, para convocação da inerente Conferência de Serviços

Plano de Urbanização de Tramagal (Revisão)

Proposta enviada à CCDR-LVT, para convocação da inerente Conferência de Serviços

Plano de Pormenor da envolvente ao Parque Urbano Arca D` Água / Vale de Rãs

Proposta em fase de conclusão

Base de dados georreferenciadas

Continuação de atualização e uniformização - Loteamentos

Análise de informação territorial - Intranet / Munisigweb

Ficha Estatística Municipal – Indicadas as necessidades de relatórios a produzir

Toponímia / Números de Policia

Continuação da atualização de informação relativa a deliberações de Câmara e respetiva digitalização

Revisão de elementos do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI

Em elaboração áreas de risco de incêndio do PMDFCI

Síte - Informação estatística

Em experimentação, para posterior disponibilização

Site - Plantas de localização online

Concluído e disponibilizado na página do município

Site – Gestão do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte

Aguarda evolução em função de gestor

Site – Urbanismo

Em desenvolvimento, novos conteúdos e equações

+ Rua - Regeneração Urbana de Abrantes

Continuação do desenvolvimento da aplicação para a gestão de frações e edifícios, continuação do preenchimento da BD, em parceria como gabinete Mais Rua

Serviço de Obras Particulares e Loteamentos

Serviço de Apoio Administrativo

Continuação da colaboração com a Autoridade Tributária e Aduaneira- Serviço de Finanças de Abrantes, e com os peritos avaliadores designados por esse serviço, no processo de avaliação geral no âmbito do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

PROJECTOS E EMPREITADAS

Obras em concurso

Rotas e Percursos Ribeirinhos do Tejo – Estação de Canoagem de Alvega

Requalificação do Largo do Cruzeiro no Pego - Abrantes

Arruamento do Parque Industrial de Abrantes - Zona Norte - Troço do Arruamento nº 8 -

Acesso ao Arquivo Municipal Eduardo Campos

Obras em execução

Beneficiação da E.M. entre a E.N. 118 (Tramagal) /S. Miguel do Rio Torto

Beneficiação de vários arruamentos em Tramagal e Rio de Moinhos

Mercado Municipal de Abrantes

Construção do Centro de Acolhimento do Tejo - Aquapolis Margem Sul – Abrantes

Hortas Comunitárias na Quinta da Arca d'Água

Centro de Interpretação do Tejo Ibérico no Aquapolis Sul

Projetos em execução

Requalificação do acesso à Estação da CP de Abrantes na freguesia de S. Miguel do Rio Torto

Centro Náutico no Aquapolis Margem Norte – Parque Ribeirinho de Abrantes

Parque do Vale da Fontinha em Abrantes – Estacionamento, Mercado e Feiras

Centro Escolar de Abrantes

Requalificação da Avenida António Farinha Pereira - Troço compreendido entre a Rotunda dos Plátanos e a A23

Unidade de Saúde de Abrantes no antigo edifício da Rodoviária

Unidade de Saúde do Rossio ao Sul do Tejo no antigo edifício do Matadouro

Pontão sobre a Ribeira do Sardoal em Casais de Revelhos

Reabilitação do edifício do Jardim de Infância de Chainça

Requalificação da Praça Principal de S. Miguel do Rio Torto

Requalificação do Jardim da República em Abrantes

Edifício Polivalente de Apoio ao Centro de Acolhimento - Aquapolis Margem Sul – Abrantes

Unidade de Saúde de Carvalhal (edifício da Junta de Freguesia de Carvalhal)

Alteração ao Projeto de Recuperação, Remodelação e Ampliação do Convento de S. Domingos tendo em vista a instalação do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes – MIAA – Fase 1

Galeria Municipal de Arte e Residência Artística a instalar nas antigas instalações dos Bombeiros Municipais de Abrantes

Percurso pedestre nas margens do Tejo entre Alvega - Rossio ao Sul do Tejo - Barreiras do Tejo – Amoreira

Parques infantis - Projeto de recuperação dos parques infantis do concelho

Parque Verde de Lazer e Desporto - Carvalhal - Abrantes - Processo RIP

Requalificação de troço da EN 358 entre o entroncamento da EN 358-2 (desclassificada) com a EN 358 e entre o entroncamento de CM 1213 com a EN 358 em Martinchel

Espaços Exteriores do Centro Escolar de Alferrarede

Requalificação da Avenida das Forças Armadas e Rotunda da Liberdade

Requalificação de vários arruamentos em Abrantes

Projetos concluídos

ESTA – Escola Superior de Tecnologia de Abrantes - Tecnopolo

MIAA – Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes – Projeto Originário

Requalificação do Jardim do Castelo – Abrantes

Procedimentos em preparação – aquisição de serviços/bens

Estudo de Caracterização Estrutural do pano de fachada/muro de suporte para a Unidade de Saúde de Abrantes

Estudo Geológico/Geotécnico para a Unidade de Saúde de Abrantes

Estudo Geológico/Geotécnico para a Unidade de Saúde do Rossio ao Sul do Tejo

Estudo Geológico/Geotécnico para o Parque do Vale da Fontinha – Estacionamento, Mercados e Feiras

Estudo Geológico/Geotécnico para o Centro Escolar de Abrantes

Procedimentos em preparação - lançamento de Empreitadas

Beneficiação da estrada entre Bemposta e Vale das Mós

Residência de Estudantes no antigo edifício do Centro de Emprego

Instalar a Loja da Juventude no Centro Histórico

Reparação de Anomalias no Jardim de Infância de S. João – Abrantes

Pontão sobre a Ribeira de Rio de Moinhos em Aldeinha - Rio de Moinhos

Alterações ao Centro Escolar de Tramagal (novo procedimento)

Residência Artística na Rua de Sant'Ana - Abrantes

Procedimentos executados - lançamento de Empreitadas

Habitação a Custos Controlados - Lotes 38 e 42 – Rossio ao Sul do Tejo

Remodelação do edifício do INOV.POINT – CIIDE para a instalação do LINE.IPT, Laboratórios de

Inovação Industrial e Empresarial no Tecnopolo – Abrantes

Execução de Sinalização Horizontal no concelho de Abrantes

Procedimentos executados - aquisição de serviços/bens

Aquisição de serviços para fornecimento de Energia Elétrica, em Baixa Tensão Especial e Média Tensão ao Município

Aquisição de serviços para elaboração do projeto de alterações da obra de Construção do Mercado Municipal de Abrantes

Eficiência Energética

Atualização da base de dados dos contratos de fornecimento de energia pertencentes ao Município de Abrantes

Análise da componente de energia reativa em contratos BTE e MT

Programa de eficiência energética na iluminação pública e edifícios municipais em parceria com a Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul - MédioTejo21

Acompanhamento do procedimento de locação de infraestruturas para produção de energia em regime de minigeração – Cidade Desportiva e Estaleiro Municipal

Levantamentos topográficos/arquitetónicos executados

Apoio topográfico às obras em execução

Levantamento topográfico do Loteamento Municipal em Encosta da Barata

Levantamento topográfico da Avenida 25 Abril em Abrantes

Levantamento topográfico do cruzamento entre a Estação de caminho-de-ferro e a ligação a Vale das Mós em Bemposta

Implantação do arruamento entre as Piscinas Municipais e o Parque Industrial em Tramagal

Levantamento topográfico da Rua António Silva em Abrantes

Levantamento topográfico do arruamento nº8 na zona em Abrantes

Levantamentos topográficos/arquitetónicos em execução

Levantamento topográfico da Herdade da Murteira em Mouriscas

Levantamento topográfico da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes – Mouriscas para efeitos de IMI

Levantamento do Bairro da CP junto à estação de Abrantes e de edifícios escolares desativados para habitação a custos controlados

Levantamento arquitetónico de todos os edifícios da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes – Mouriscas para efeitos de IMI

Implantação da rede de rega na Quinta das D'Arca em S. Vicente

Levantamento topográfico do Jardim da República

Levantamento topográfico de Arruamento do Parque Industrial de Abrantes - Zona Norte - Troço do Arruamento nº 8 - Acesso ao Arquivo Municipal Eduardo Campos

Execução de perfis longitudinais e transversais para o projeto do Arruamento do Parque Industrial de Abrantes - Zona Norte - Troço do Arruamento nº 8 - Acesso ao Arquivo Municipal Eduardo Campos

Levantamento topográfico de cotas altimétricas nas antigas instalações dos Bombeiros Municipais de Abrantes

Levantamento topográfico da Albufeira de Castelo do Bode na zona da Cabeça Ruiva em Fontes

Demarcação de área para implantação das infraestruturas para produção de energia em regime de minigeração – Estaleiro Municipal

Levantamento topográfico do Parque do Alto de St.º António

Apoio técnico a outros serviços/entidades

Fiscalização da obra de recuperação da Capela de N.ª Senhora dos Matos em Mouriscas

Colaboração no processo de classificação da Antiga Assembleia de Abrantes

Fiscalização dos Espaços de Jogo e Recreio cujas entidades responsáveis são privadas

Certificação energética de diversos edifícios

Apoio Técnico permanente à Sub-Unidade Orgânica Flexível de Contencioso, Notariado e Contratos na elaboração de processos de IMI, atualização de cadastro de imóveis municipais, colaboração na emissão de certidões diversas, entre outros

SERVIÇOS URBANOS

Espaços Verdes, Limpeza Urbana e Sensibilização Ambiental

Manutenção geral dos espaços verdes municipais

Aplicação pontual de areia e fertilização de campos desportivos relvados

Aplicação de tratamentos fitossanitários (herbicida para infestantes de folha larga e fungicida) e adubações em diversos espaços verdes

Substituição de árvores mortas ou mau estado fitossanitário em diversos locais do município, tais como, Aquapolis Norte, Parque de S. Lourenço, Cidade Desportiva, etc

Limpeza de ramos secos e em mau estado fitossanitário de plátanos na Urbanização dos Plátanos, Av. Defensores de Chaves, Rua Visconde da Abrançalha, Encosta da Barata, D. João I, zona industrial norte, etc

Continuação dos trabalhos de ajardinamento nos espaços exteriores do Arquivo Municipal recorrendo a espécies arbustivas e herbáceas autóctones

Continuação dos trabalhos de implementação das hortas comunitárias na Arca D'Água

Substituição de plantas de estação em canteiros e floreiras do centro histórico e jardim do Castelo

Ajardinamento do Muro do Barulho e Largo Eng. Joaquim no Tramagal, em conjunto com a Junta de Freguesia

Limpeza e remoção de árvores danificadas e caídas em resultado do temporal de janeiro

Reabilitação dos relvados e outros espaços ajardinados que foram danificados, em consequência dos estragos causados pelo temporal de janeiro

Limpeza de ramos secos em pinheiros na Urbanização dos Telheiros

Eliminação de ramos infestados por processionária do pinheiro na Urbanização dos Telheiros e Encosta da Barata

Plantação de tílias na urbanização municipal, em Arreciadas

Início dos trabalhos de requalificação de espaços ajardinados no Jardim da República

Produção e manutenção de plantas no viveiro municipal

Participação na atividade “Natal é festa – Férias Jovens 2012”

Apoio do serviço de limpeza aos eventos de iniciativa municipal

Colaboração pontual na limpeza efetuada pelas Juntas de freguesia de S. João e S. Vicente

Limpeza de vários edifícios municipais

Continuação da implementação do plano anual de desinfestação em edifícios municipais

Trânsito

Análise e informação de processos vários relativos ao trânsito

Análise e apresentação de soluções para a realização de 6 ocupações de via pública no concelho, a pedido de empresas e particulares, para intervenções várias

Análise e apresentação de soluções para a realização de 2 cortes de trânsito e/ou ocupações parciais de via pública no concelho, para a realização de intervenções várias

Análise e informação de 1 pedidos de Junta de Freguesia referentes a sinalização e trânsito

Análise e informação de 1 pedidos para a realização de provas desportivas com passagem ou conclusão no Concelho de Abrantes

Análise e informação de 1 solicitações genéricas de munícipes relativas a situações pontuais de trânsito

Análise e informação de 3 processos relativos a veículos abandonados no espaço público

Análise e informação de 5 solicitações genéricas de munícipes, relacionados com situações relacionadas com os horários e trajetos dos transportes públicos da Rodoviária do Tejo, SA

Averbamento de novo titular e/ou de nova viatura de 3 licenças de Táxi no Concelho de Abrantes

Parecer relativo ao projeto de sinalização de uma urbanização com vista ao licenciamento de loteamento

Manutenção diária dos nove parcometros existentes na cidade, com recolha semanal das receitas e substituição de consumíveis

Manutenção e reparação dos sistemas semaforicos municipais existentes no perimetro urbano

Sanidade Veterinária e Saúde pública

Captura/receção de animais no Canil Intermunicipal (dezembro e janeiro): 11 cães do concelho de Abrantes; 1 cão do concelho de Constância; 2 cães do concelho de Sardoa

Recolha de cadáveres de animais (dezembro e janeiro): 5 cães e 1 gato

Participação em vistorias sanitárias

MANUTENÇÃO E TRANSPORTES

Transportes

Transporte para visitas de estudo com alunos dos jardins de infância e escolas do ensino básico do concelho

Transporte de ranchos folclóricos e associações do concelho

Transporte de alunos da zona norte do concelho

Transporte de alunos para atividades promovidas pelo serviço de Cultura e Biblioteca

Transporte dos alunos para a piscina municipal – apoio à expressão físico-motora no pré-escolar

Transporte de exposições para a biblioteca municipal

Transporte de materiais para as Freguesias

Apoio à realização de outras atividades sócio culturais e desportivas

Manutenção

Manutenção de equipamentos e frota automóvel do Município

Instalações e Infraestruturas Municipais

Edifício dos Paços do Concelho

Biblioteca António Botto

Novos centros escolares – alteração e instalação de equipamentos

Manutenção de outros edifícios municipais

Reparação e manutenção de instalações desportivas

Quinta d'Arca – hortas comunitárias

Rede Viária

Instalação de nova sinalização de trânsito e manutenção da existente

Manutenção de arruamentos

Afetação de equipamentos para manutenção de caminhos rurais

Limpeza e regularização de estradões florestais

Manutenção/reparação de calçadas em passeios, ruas e praças

Reposição de pavimentos em obras do município

Espaços Públicos de Utilização Coletiva

Instalação e manutenção de equipamentos urbanos

Manutenção de espaços públicos urbanos, Parque Urbano de S. Lourenço

Montagem de palcos e equipamentos para diversas atividades no concelho

Manutenção e alteração de instalações de iluminação pública

Desmontagens das iluminações de Natal

Preparação do espaço para a Feira de S. Matias

Receitu

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Modernização Administrativa

Edifício Pirâmide

Ateliê Sénior - Gigabyte & Terabyte

Para pessoas a partir dos 50 anos que queiram iniciar ou fortalecer os conhecimentos na área das tecnologias de informação e comunicação, conjugando-a com a experiência de vida, através da realização de atividades intergeracionais e ateliês de informática

Ano letivo 2012/2013 (de 15 outubro 2012 a 31 de maio de 2013), conta com 8 turmas de 12 formandos cada, num total de 96 alunos

Licenciamento Zero

Foram reiniciados os procedimentos relativos ao projeto-piloto entre os 5 municípios aderentes e a AMA - Agência para a Modernização Administrativa, aguardando-se, neste momento, instruções por parte da AMA, por forma a serem iniciados testes Balcão do Empreendedor, com vista à célere disponibilização e utilização do mesmo

Aplicações informáticas

Estão em fase de conclusão novos desenvolvimentos (Intranet, Gestão de Entidades, Gestão de Cemitérios, Gestão de Urbanismo, formulários eletrónicos), estando alguns já disponíveis para testes e para carregamento de informação

Notário Privativo

Escritura nº 10/2012 de 19/12 – escritura de compra e venda, outorgada entre o Município de Abrantes e Vieira Alves – Metalomecânica, SA, alienação do lote 50, do Parque Industrial de Abrantes, pelo valor de 6.984,00€.

Escritura nº 01/2013 de 31/01 – escritura de doação, outorgada entre Sopadel – Sociedade Imobiliária, Lda e o Município de Abrantes, referente à doação do artigo urbano 6383, da freguesia de S. Vicente.

Oficial Público – Contratos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas

Município de Abrantes

Contrato nº 59/2012 – Contrato de Aquisição e Transformação de Viatura para Biblioteca Itinerante – efetuado em 27/11/2012, com Futurvida – Fabricação de Veículos Especiais, Lda.

Contrato nº 61/2012 – Contrato de Aquisição de Serviços de Publicidade no Jornal “Abarca” – efetuado em 11/12/2012, com Página Seguinte, Edições Lda.

Contrato nº 62/2012 – Contrato de Aquisição de Serviços de Publicidade na Rádio Antena Livre – efetuado em 13/12/2012, com Média On – Comunicação Social, Lda.

Contrato nº 63/2012 – Contrato de Aquisição de Serviços de Publicidade no “Jornal de Abrantes” – efetuado em 13/12/2012, com Média On – Comunicação Social, Lda.

Contrato nº 64/2012 – Contrato de Aquisição de Serviços de Perito Especializado na Área da Proteção Civil – efetuado em 19/12/2012, com João Manuel Rodrigues Pombo

Contrato nº 65/2012 – Revisão do Contrato de “Concessão do Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes – efetuado em 20/12/2012, com Abrantaqua – Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A.

Contrato nº 66/2012 – Contrato de Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância de Edifícios do Município de Abrantes – efetuado em 28/12/2012, com Prosegur – Companhia de Segurança, Unipessoal, Lda.

Contrato nº 01/2013 – Contrato de Aquisição de Papeleiras para o Centro Histórico de Abrantes – efetuado em 14/01/2013, com Larus – Artigos para Construção e Equipamentos, Lda.

Contrato nº 02/2013 – Contrato de Aquisição de Combustíveis Líquidos (Gasóleo e Gasolina sem chumbo 95 octanas), por Cartão Eletrónico de Abastecimento – efetuado em 14/01/2013, com Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.

Contrato nº 03/2013 – Contrato de Fornecimento de Gás Propano a Granel para os Centros Escolares de Rio de Moinhos, Bemposta e Tramagal e Centro de Acolhimento do Tejo – efetuado em 14/01/2013, com Tagusgás – Propano, S.A.

Contrato nº 05/2013 – Contrato de Aquisição de Serviços de Medicina no Trabalho – efetuado em 29/01/2013, com Filomeno António Abrantes Taborda

Contrato nº 06/2013 – Contrato de Aquisição de Serviços para Revisão Legal das Contas do Município – efetuado em 29/01/2013, com Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda.

Contrato nº 07/2013 – Contrato de Aquisição de Serviços na Área de Serviço Social – efetuado em 06/02/2013, com Marisa de Jesus Estevinha Monteiro Espadinha

Contrato nº 08/2013 – Contrato de Aquisição de Licenciamento Autocad – efetuado em 07/02/2013, com PH Informática e Micro Sistemas, S.A.

Contrato nº 09/2013 – Contrato de Aquisição de Serviços Especializado em Restauro de Pinturas Murais Afresco da Igreja de Santa Maria do Castelo - Abrantes – efetuado em 08/02/2013, com Mural da História, Lda.

Contrato nº 10/2013 – Contrato da Empreitada de “Beneficiação da E.M. entre a E.N. 118 (Tramagal) / S. Miguel do Rio Torto” – efetuado em 08/02/2013, com Construções J.J.R.& Filhos, S.A.

Contrato nº 11/2013 – Contrato da Empreitada de “Beneficiação de Vários Arruamentos em Tramagal e Rio de Moinhos - efetuado em 08/02/2013, com Construções J.J.R.& Filhos, S.A.

Serviços Municipalizados de Abrantes

Contrato nº 60/2012 – Contrato de Empreitada de “Ampliação da Área Coberta do Pavilhão Industrial dos Serviços Municipalizados de Abrantes – Área Oficinal” – efetuado em 28/11/2012, com Vítor M. C. Antunes, Lda.

Contrato nº 04/2013 – Contrato de Aquisição de Serviços de Controlo Analítico das Águas para Consumo Humano e Águas Residuais – efetuado em 24/01/2013, com A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos

Divisão Financeira

QREN 2007/2013

Execução a 31 de Janeiro de 2013

CONTRATUALIZAÇÃO 2007/2013

FEDER INICIAL	6.325.797,00 €
FEDER APROVADO (tx. 85%)	11.227.869,73 €
DIFERENÇA	+ 4.902.072,73 €
TAXA DE APROVAÇÃO	177%
FEDER EXECUTADO	9.928.098,10 €
TAXA DE EXECUÇÃO:	88%

QREN 2007/2013 – OUTROS (POVT, MAIS CENTRO, POPH)

Investimento Total Aprovado	6.475.023,21 €
FEDER APROVADO (tx. 85%)	5.260.949,65 €
Investimento Executado	5.079.870,43 €
FEDER EXECUTADO	4.287.392,63 €
TAXA DE EXECUÇÃO	82%

Candidatura em análise:

- Mercados do Tejo - Centro de Interpretação do Tejo Ibérico (PROVERE)

Recursos Humanos

Formação Externa

Desde o início do ano participaram em formações externas 13 colaboradores num total de 8 ações. Estão já previstas participações num conjunto de ações financiadas, promovidas pela CIMT, que aguardam existência de formandos em número suficiente, para poderem ser confirmadas

Formação Interna

Está a ser preparado o plano de formação interna para 2013, nomeadamente da área de intervenção direta da Divisão de Recursos Humanos, ou seja, Saúde, Higiene e Segurança no trabalho

Contratos de Emprego Inserção

Através do Programa de Contrato Emprego Inserção, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que visa a colocação de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e do Subsídio de Desemprego, estão integradas neste momento 37 pessoas. Encontram-se ainda 05 candidaturas aprovadas: uma para a J.F. de São João; uma para a J.F. de Souto; uma para a Divisão de Manutenção e Transportes; uma para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; uma para a Central de Comunicações do quartel dos Bombeiros Municipais

Estágios Profissionais

Terminada a 4ª Edição do Pepal, encontramos-nos a aguardar indicações da DGAL sobre a próxima edição, onde efetuámos 8 pré-candidaturas

Neste momento não estão a ocorrer estágios curriculares, no entanto está previsto iniciar um estágio dia 18/02/2013 (Técnico de Gestão do Ambiente) e 4 estágios no dia 18/03/2013 (Curso de Educação e Formação de Práticas Administrativas)

PROTECÇÃO CIVIL

Limpeza de Terrenos

Início de novo período de identificação de terrenos e elaboração da respetiva notificação aos proprietários para procederem à limpeza dos terrenos inseridos nas áreas florestais, bem como nas zonas urbanas que apresentam maior risco de incêndio com o objetivo de estarem limpos em abril de 2013.

Acompanhamento do trabalho da equipa de sapadores florestais na limpeza dos terrenos de propriedade municipal, freguesia de S. Vicente (terrenos junto à cidade desportiva, Encosta da Barata), Tramagal (Ribeira de Alcobre) S. João (CAT., Pousada da Juventude) bem como as linhas de água sob a responsabilidade do município nas freguesias de S. Vicente e Alferrarede, S. João (Ribeira das Hortas e Ribeira de Vale de Rãs e Encosta Sul).

Início dos processos de contra ordenação para quem não cumpriu as notificações para limpeza de terrenos em 2012

Apoio no corte de um eucalipto em risco de queda para a via pública em Alferrarede

Apoio no corte de árvores que caíram devido às condições meteorológicas adversas do dia 19 de janeiro

Apoio ao serviço de arqueologia na limpeza de terreno junto às piscinas municipais (fortim)

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil – Atualização com os contributos enviados por entidades externas

Gabinete Técnico Florestal

Continuação da atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Início da realização do POM para o ano de 2013

Continuação das reuniões com a entidade gestora da ZIF de Aldeia do Mato para planeamento e acompanhamento dos trabalhos realizados no âmbito da candidatura ao PRODER

Acompanhamento dos trabalhos para elaboração da candidatura ao PRODER para a zona

Norte de concelho

Diversos

Participação na Comissão Municipal de Vistorias tendo-se realizado vistorias no âmbito da certificação de edifícios e de licenças de habitabilidade, aos recintos de festas anuais, bem como vistorias sanitárias para verificação das condições de segurança de edifícios

Verificação periódica das condições de funcionamento dos equipamentos do açude, bem como nas reuniões com vista a receção dos equipamentos

Continuação do acompanhamento dos trabalhos de regularização dos estradões florestais no concelho

Apoio às atividades do Conselho Cinegético (reuniões e organização de processos)

Apoio ao corpo de bombeiros nos incidentes (ocorrência de ventos fortes) que ocorreram neste período, no âmbito logístico, com especial realce para o levantamento das ocorrências após o incidente (Edifícios em risco, árvores em risco de queda)

BOMBEIROS

Resumo da Atividade do Corpo de Bombeiros

Período de 1 de dezembro de 2012 a 31 de Janeiro de 2013

Tipo de Sinistro	Dezembro 2012		Janeiro 2013		N.º Serviços	Tempo Médio Saída
	N.º Serviços	Tempo Médio Saída	N.º Serviços	Tempo Médio Saída		
1000 – Incêndios	4	1.5	10	2.3		
1100 – Incêndio Povoamento Florestal						
1200 – Incêndio Agrícola						
1300 – Incêndio Inculto						
1400 – Incêndio em Edifícios	3	1.7	4	2.3		
1500 – Incêndio em Equipamentos	1	1	2	3.5		
1600 – Incêndio Produtos						
1700 – Incêndio em Transportes						
1800 – Incêndio em Detritos			4	1.8		
1900 – Intervenções Rurais						
2000 – Acidentes	20	1.3	19	1.2		
2100 – Acidente Rodoviário	20	1.3	19	1.2		
2200 – Acidente Aéreo						
2300 – Acidente Ferroviário						
2400 – Acidente Aquático						
3000 – Infra estruturas e Vias de Comunicação	3	7	48	4.7		
3100 – Dano/Queda estruturas/Queda Árvore	1	0	31	4.5		
3200 – Corte Abastecimento População (Água/Elect.)						
3300 – Desabamento			1	1		
3400 – Deslizamento	2	10.5	7	9.9		
3500 – Inundação (Infiltração)			1	1		
3600 – Desentupimento / Tamponamento						
3700 – Dano/Queda Cabos Elétricos			2	6		
3800 – Queda de Estruturas			6	0.8		

4000 – Pré-Hospitalar	253	1.3	277	1.3		
4100 – Intoxicação	3	2.3	6	1.2		
4200 – Doença Súbita	208	1.3	229	1.3		
4300 – Traumatismo/Queda/Atropelamento	40	1.1	41	1.3		
4400 – Queimado	1	1	1	2		
4500 – Parto	1	1				
4600 – Afogamento						
4700 – Médico-Evacuação /Helitransportada)						
5000 – Conflitos Legais	8	1	7	1		
5100 – Explosivos						
5200 – Agressão / Violação	5	1	5	1		
5300 – Suicídio / Homicídio	2	1	1	1		
5400 – Motim						
5500 – Transporte / Remoção de Cadáver	1	1	1	1		
6000 – Tecnológicos e Industriais	1	1				
6100 – Acidentes Matérias Perigosas						
6200 – Matérias Perigosas em Trânsito						
6300 – Fuga de Gás	1	1				
7000 – Serviços	33	8.8	23	3.9		
7100 – Prevenções	6	2	4	10		
7200 – Limpezas de Pavimento	4	14.3	6	3.5		
7300 – Abastecimentos de Água			2	0.5		
7400 – Aberturas de Porta	5	5.8	1	1		
7500 – Fechos de água						
7600 – Reboque / Desempanagem						
7700 – Transporte de Doentes	18	10.6	10	2.6		
8000 – Atividades	82	0.2	96	0.4		
8100 – Evacuação						
8200 – Busca e Resgate	82	0.2	2	8		
8300 – Operações Nacionais						
8400 – Missões Internacionais						
8500 – Exercício / Simulacro						
8600 – Deslocações (Formação/Oficiais/Gerais)			94	0.2		
8700 – Assistência à População / Apoio Social						
9000 – Eventos Proteção Civil						
9100 – Cheia						
9200 – Tornado						
9300 – Sismo						
9400 – Falha Abastecimento Água Grande Escala						
9500 – Falha Abastecimento Eletricidade Grande Escala						
Mês	Total Serviços	Média Serviços por Dia	Total de Vítimas	Total km's Percorridos	Média de Tempo Saída	
Dezembro 2012	404	13.03	277	10341	1.7	
Janeiro 2013	480	15.48	271	14349	1.6	

Formação interna

Companhias – 4

Equipas/Brigadas – 5

Grupo Salvamento e Resgate – 1

Emergência Pré-Hospitalar – 1

Formação Externa (Entidade formadora)

Curso Chefe Equipa Combate Incêndios Urbanos e Industriais – 3 elementos

Curso Recertificação Tripulante Ambulância Socorro – 1 elemento

Curso Recertificação Tripulante Ambulância Transporte – 12 elementos

Curso Controlo de Flashover Nivel I – 2 elementos

Outras Atividades

Exercícios:

Escola Secundária Dr. Solano de Abreu

Centro Hospitalar Médio Tejo – Hospital de Abrantes

Representações

Representações Município – 1

Representações do Corpo de Bombeiros – 4

Reuniões

CDOS Santarém (Reuniões Operacionais) – 2

Federação dos Bombeiros do Distrito de Santarém – 2

Estudo Agrupamento – 1

Outras

Exames Distritais de Progressão a 6 Estagiários do Corpo de Bombeiros

Receção de alunos do CRIA

GABINETE DE APOIO ÀS FREGUESIAS

No âmbito do **projeto IP+**, realização reuniões com as Juntas de Freguesia para apresentação dos mapas finais.

GESTÃO ORÇAMENTAL

Resumo da Situação Financeira a 11 de janeiro de 2013

Execução do Orçamento da Receita

Descrição	Previsões Corrigidas	Receitas Liquidadas	Receita Cobrada Líquida	Tx. Exec. %
Correntes	21.037.875,00	1.525.960,83	1.544.317,37	7%
Impostos Directos	5.824.733,00	170.436,55	170.436,55	2,9%
Impostos Indirectos	289.200,00	12.352,08	11.917,01	4,1%
Taxas Multas e O. Penalidades	213.418,00	29.253,17	27.553,46	12,9%
Rendimentos de Propriedade	2.797.000,00	396.399,86	396.399,86	14,2%
Transf. Correntes	9.808.154,00	834.507,81	834.507,81	8,5%
Venda Bens e Serv. Correntes	953.370,00	81.282,02	66.912,52	7,0%
Outras Receitas Correntes	1.152.000,00	1.729,34	36.590,16	3,2%
Capital	14.814.295,00	242.737,76	242.358,26	0,02%
Vendas Bens Investimento	2.160.000,00			
Transferências Capital	11.547.295,00	239.635,00	239.635,00	2,1%
Activos Financeiros	1.500,00			
Passivos Financeiros	1.000.500,00			
Outras Receitas de Capital	100.000,00	379,50		
Reposições Não Abatidas Pag.	5.000,00	2.723,26	2.723,26	54,5%
TOTAL	35.852.170,00	1.768.698,59	1.786.675,63	5%

Execução do Orçamento da Despesa

Handwritten signature and initials

Descrição	Dotação Corrigida	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Tx. Exec.
DESPESAS CORRENTES	20.772.543,00	9.243.841,80	1.704.093,89	8%
Despesas com o pessoal	7.617.350,00	3.909.013,17	600.130,58	8%
Aquisição de bens e serviços	8.843.776,00	3.606.240,26	692.617,68	8%
Juros e outros encargos	311.000,00	116.527,19	40.945,49	13%
Transferências correntes	3.619.322,00	1.413.946,98	310.219,84	9%
Subsídios	30,00			0%
Outras despesas correntes	381.065,00	198.114,20	60.180,30	16%
DESPESAS CAPITAL	15.021.577,00	3.462.253,06	514.019,29	3%
Aquisição de bens de capital	12.368.657,00	2.638.880,28	293.579,02	2%
Transferências de capital	682.020,00	17.370,00	110,00	0%
Activos financeiros	150.300,00			0%
Passivos financeiros	1.600.600,00	806.002,78	220.330,27	14%
Outras despesas de capital	220.000,00			0%
TOTAL	35.852.170,00	12.723.354,52	2.221.038,36	6%

Atividade Administrativa inerente à Execução e Gestão Orçamental

Revisões Orçamentais efetuadas – 0

Alterações Orçamentais efetuadas - 1

Receita

Guias Recebimento/Faturas emitidas – 1.058

Despesa

Propostas de Despesa – 174

Cabimentos efetuados – 463

Requisições Externas emitidas – 132

Ordens de Pagamento emitidas – 441

A Presidente da Câmara Municipal

Maria do Céu Albuquerque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 22 DE FEVEREIRO DE 2013

PONTO DE SITUAÇÃO DAS ATIVIDADES MUNICIPAIS

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Abastecimento de Água

Projetos em fase de preparação de processo para abertura de procedimento concursal

Abastecimento de Água ao Pego - Empreitada para execução do Reservatório da Burra, na freguesia do Pego

Requalificação da EN118 – Remodelação do troço da EN 118 dentro da localidade de Alvega

Obras em execução

Abastecimento de Água a Abrantes a partir de Castelo do Bode -Sistema de Telegestão – Em desenvolvimento e implementação o software de telegestão que vai efetuar a monitorização e comando das várias infraestruturas integradas no sistema

Abastecimento de Água a Tramagal – Substituição e remodelação da rede de distribuição e ramais de ligação em Tramagal – Em fase de conclusão os trabalhos preparatórios para a pavimentação dos arruamentos previstos

Abastecimento de Água a S. Facundo – Instalação de conduta entre Vale das Mós e S. Facundo para substituição da existente – Executadas as ligações aos reservatórios e ativada a nova conduta. Em fase de acabamento elementos acessórios (Caixas de proteção de ventosas e válvulas de seccionamento e de descarga)

Remodelação de infraestruturas do sistema de desinfecção - Adequação e execução de casetas e muretes para instalação de infraestruturas elétricas e remodelação do sistema de desinfecção, com controlo e monitorização via sistema de telegestão

Reformulação de infraestruturas elétricas – Em execução a reformulação de instalações elétricas que se articulam com a implementação do sistema de telegestão.

Abastecimento de Água ao sistema de S. Domingos-Carvalho – Reforço – Em execução a instalação de conduta que interligará o Reservatório de Fontes ao de S. Domingos para reforço do abastecimento. Visa igualmente poder ser reforço e/ou abastecimento alternativo aos sistemas de Vale de Açor, Água das Casas e Matagosa

Obras Concluídas

Abastecimento de água a Alvega – Prolongamento da rede de Alvega, a partir do reservatório de Casa Branca, para interligar à rede de distribuição de Lampreia – Em funcionamento

Águas Residuais

Obras em Execução

Sistema de Drenagem de Águas Residuais em Mouriscas

Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Areias – Alvega (faltam a ligação à ETAR de Casa Branca e travessias da EN118)

Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Alvega (falta execução da rede na EN 118)

Ligação do Sistema de Drenagem de Carreira do Mato e Aldeia do Mato a Martinchel e respetivas elevatórias (nestas últimas, falta apenas as respetivas ligações elétricas)

ETAR de Alvega (falta ligação elétrica)

Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Fontes (falta ligação elétrica na ETAR e na EE)

EE da Fontinha (falta contrato com a EDP)

Obras concluídas

ETAR da Bemposta -Reabilitação da ETAR - Dimensionamento de sistema de arejamento para a primeira lagoa

Resíduos Sólidos Urbanos

Continuação da lavagem de contentores no concelho; terminou-se o circuito do Norte (freguesias de Martinchel, Fontes, Souto, Carvalho, Aldeia do Mato) e iniciou-se nas freguesias de Alvega, Concavada e Pego

Colocação no centro histórico de Abrantes de contentores de 180lt e 240lt (em fase de desenvolvimento)

Aquisição de kit para viatura do lixo para recolha de contentores enterrados (em fase de desenvolvimento)

Reposicionamento e reforço de proteção a contentores RSU na cidade

Requalificação de instalações

Projeto de Ampliação da Área Coberta do Pavilhão Industrial (Oficinas) – Obra concluída



Gestão Financeira

Resumo da situação orçamental dos SMA em 31/01/2013

Total de receitas orçamentais cobradas: 364.828,91€

Total de despesas orçamentais paga: 149.949,28€

Total de compromissos assumidos: 1.363.587,02€

Situação dos contratos de prestação de serviços de ambiente, à data de 31/01/2013

Contratos celebrados – 98 (entre 01/01/2013 e 31/01/2013)

Contratos rescindidos – 104 (entre 01/01/2013 e 31/01/2013)

Contratos ativos – 22.286

Pedidos de ligação de água de abastecimento e de águas residuais, em 31/01/2013

Pedidos de ligação de ramais de água solicitados – 7

Pedidos de ligação de ramais de águas residuais solicitados - 10

Modernização Administrativa

Gestão documental

Em desenvolvimento software aplicacional de gestão documental na sequência de contrato assinado com a empresa Multicert – Serviços de Certificação electrónica, S.A

Fatura eletrónica

Desde a disponibilização do serviço (janeiro/2011) até 31 de janeiro/2013, aderiram 929 clientes à fatura eletrónica

Balcão digital

Desde a disponibilização do serviço (setembro/2011) até 31 de janeiro/2013, aderiram a este serviço 356 clientes



[Handwritten signature]

INFORMAÇÃO DO RESPONSÁVEL

DESPACHO

DE
Director do DAF

PARA
Exma Sra
Presidente da Câmara Municipal
de Abrantes

Nº
XXXX

DATA
8/2/2013

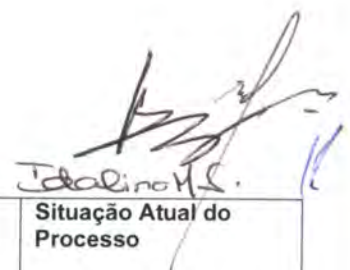
ASSUNTO
Processos judiciais

Para efeitos do artigo 68.º, n.º 4 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, anexa-se relação de processos judiciais a correr trâmites nos Tribunais, designadamente Tribunal Judicial de Abrantes, Tribunal Judicial de Alcobaça, Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra, Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Tribunal Central Administrativo Sul e Supremo Tribunal Administrativo.

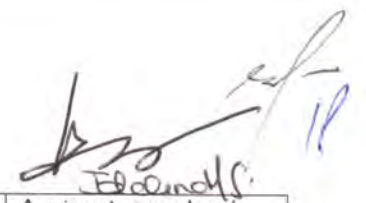
[Handwritten signature]

José da Conceição Bento Pedro

Director do DAF



Nº de Processo Judicial	Autor e Réu da Ação Recorrente Recorrido	Matéria de Litígio	Situação Atual do Processo
Valor da Ação			
Proc. n.º 322/03 TAC	Autor : Maria Emilia Henriques Réu: Município de Abrantes	Ação ordinária (danos de demolição)	Aguarda habilitação dos herdeiros a fazer pelos autores
Proc. 528/04.3 BELRA TAF Leiria	Autor: Vicente Mendes Coxinho e Outros Réu: Município Abrantes	Ação Adm. Especial de pretensão conexa com aos administrativos	A correr termos legais no T. C. Adm. Sul
Proc. 199/05.O Belra Trib. Adm.Fisc.Leiria	Autor: João Salvador, Lda e Outro Réu: Município ABT	Ação administrativa comum	A aguardar sentença
P.2291/04.9BELRA Trib. Adm F. Leiria	Autor: Sind. Nac. Trab Adm. Local Réu: Presidente da Câmara M. Abrantes	Ação Adm. Especial de Pretensão Conexa Com Atos Administrativos	A correr os trâmites legais
Proc. 539/05.1 BELRA TAF Leiria	A: Maria do Carmo Pedro R: Município de ABT	Ação Adm. especial de pretensão conexa com atos administrativa	A correr termos legais
Proc.652/05.5BELRA Trib.Ad. Fiscal Leiria	A: Francisco Manuel Magalhães D. Ferreira Réu: M. de Abrantes	Ação administrativa comum - forma sumária	A correr termos legais
Proc.1162/05.6 BELRA TAF Leiria	A: Joaquim Manuel Cunha dos Santos R: Município de Abrantes	Ação administrativa especial	A correr trâmites legais
Proc.316/06.2BELRA TAF Leiria	Autor: Ministério Público C.Int.: B.N.Ultramarino SA Réu: Câmara Municipal	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	A aguardar sentença do STA
Proc.318/06.9BELRA TAF Leiria	Autor: Ministério Público C.Int.: Carmindo Machado Réu: Município ABT	Ação administrativa especial de pret. conexa com atos administrativos	A correr trâmites legais
Proc.409/06.6BELRA TAF Leiria	Autor: Ministério Público C. Int.: Caixa G.Depósitos Réu:Município ABT	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	A correr termos legais
Proc.410/06.0BELRA TAF Leiria	Autor: Ministério Público C. Int.: Joaquim R. Chaleira Réu: Município ABT	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	Aguarda sentença do STA
Proc.411/06.8BELRA TAF Leiria	Autor: Ministério Público C.Int.: Banco BPI,SA Réu: Município de ABT	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	A aguardar sentença do STA
Proc.160/07.0 BELRA TAF Leiria € 24.140,00	A: João Francisco M. Alexandre e mulher R: Município de Abrantes e outros	Ação administrativa comum de forma ordinária	A correr termos legais
Proc. n.º 203/07 BELRA-TAF Leiria	A: AGS –Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA R: Município de Abrantes	Ação Administrativa Especial	A correr termos legais
Proc.748/07.9TBABT T.Judicial de Abrantes, 3.º Juízo, €69.507,10	A: Pedro Alexandre Aparício M. dos Santos R: Município de Abrantes	Ação de Processo ordinário	Em recurso
Proc.1000/07.5BELRA TAF Leiria € 235.990,00	A: Josué de Jesus e mulher R: Município de Abrantes	Ação administrativa comum de forma ordinária	A aguardar sentença



Proc. 1165/07.6 BELRA TAF Leiria € 32.487,26	A: Carlos Alberto Amaral Dias R: Município de Abrantes e outros	Ação adm. especial de pretensão conexa com atos administrativos	A correr termos legais
Proc.149/08.1 BELRA TAF Leiria € 5.735,00	A: Município de Abrantes R: Stell Tejo – Metalomecânica e Fabrico de máquinas	Ação adm. comum	A correr termos legais
Proc. 43/08.6 BELRA TAF Leiria € 55.578,68	A: Gilberto Manuel Silva Matos e outros R: Município de Abrantes	Ação adm. comum – forma ordinária	A correr termos legais
Proc.302/08.8 BELRA TAF Leiria € 15.613,84	Autor: Salvador Teixeira Duarte Réu: Município ABT	Ação adm. especial	A correr termos legais
Proc.761/08.9BELRA TAF Leiria € 31.091,40	Autor: Cremildo Marques Alexandre Réu: Município ABT	Ação adm. comum – forma ordinária	A correr termos legais
Proc. 1219/08.1 BELRA TAF Leiria € 3.012,75	Imp: Petróleos de Portugal – Petrogal SA Imp: Câmara Municipal de Abrantes	Processo de impugnação	A aguardar sentença
Proc. 265/09.2 BELRA TAF Leiria € 5.500,000	Autor: Maria Arlete Ferreira Lopes e outros Ré: Município de Abrantes	Ação administrativa esp. de pretensão conexa com atos administrativos	A correr termos legais
Proc. 353/09.5 TBABT 2.º Juízo, T. J. Abrantes € 59.970,80	Autor: Construções Jorge Ferreira e Dias, Lda Réu: Município de Abrantes	Ação de processo especial	A correr termos legais
Proc.1684/09.0 BELRA TAF Leiria € 1.095,83	Autor: Gilberto Manuel Silva Matos Réu: Município de ABT	Ação adm. comum – forma sumária	A correr termos legais
Injunção n.º 410703/09.3 YIPRT – 3ª Vara Cível do Porto € 180.085,01 €	Requerente: BNP Paribas Factor, S.A Requerido: Município de Abrantes	Injunção	Com julgamento marcado para 18/04/2013
Proc. 1165/08.9 TAABT 3.º Juízo T.J.ABT € 25.000,00	Autor: António Mendes Aleixo e Outra Réu: A. Ferreira Motor, Lda Interv.: Município Abrantes	Ação de processo sumário	A correr termos legais
Proc. n.º 536/10.5 TBABT € 12.160,27	Autor: Diamantino Fouto Jacinto Réu: Município de ABT	Ação de processo sumário	A correr termos legais
Proc.n.º1362/10.7 TBABT – 1.º Juízo T. J. Abrantes €149.932,59	R:Município de ABT R: Sofarges- Gestão e Exploração Imobiliária, S.A.	Ação de condenação com processo ordinário	Julgamento marcado para 14/02/2013
Proc. n.º 149/10.1 TBABT – 3.º Juízo	Insolvente Portigometal – Construções Metálicas, Lda Interessado: Município de Abrantes	Exercício de direito de preferência em insolvência	A correr termos legais
Proc. n.º 357/11.8 BECTB €69.300,00	A: Maria Manuela Maia Mascate Marques e outros R: Município de Abrantes	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	A correr termos legais
Proc. .º 919/11.3BELRA €102.092,51€	A: Município de Abrantes R: Lúdicoideias, Unipessoal, Lda	Ação administrativa Comum na forma ordinária	A correr termos legais
Proc.nº 652/11.6 TBABT, 2.º Juízo, Tribunal Judicial de Abrantes €936,69	Insolvente: Silva e Dias – Ind. de Alimentação, Imp. e Comércio, S.A. Reclamante / credor – Município de Abrantes	Ação de Insolvência	A correr termos legais

Edine

Processo n.º 376/12.7TBABT, 2.º Juízo, Tribunal Judicial de Abrantes €16.000,00	Autor – Município de Abrantes Réus – Ramiro Vitória Coelho e mulher	Ação de processo sumário	A correr termos legais
Processo n.º 459/12.3TBABT, 1.º Juízo, tribunal Judicial de Abrantes € 721,94	Reclamante/credor – Município de Abrantes Insolvente – Cristina e Mota, Lda	Ação de Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 739/12.8TBABT, 1.º Juízo, Tribunal Judicial de Abrantes €264.873,93	Exequente: BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, SA Executado: Município de Abrantes	Execução	Com julgamento marcado 26/06/2013
Processo n.º 996/12.0TBACB, 3.º Juízo, Tribunal Judicial de Alcobaça - Insolvência €441,28	Insolvente: Triângulo . Empresas de Arquitetura e Engenharia, Lda. Credor: Município de Abrantes	Reclamação de Créditos em Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 824/12.6BELRA TAF Leiria €20.651,25	A: Mário Jorge Fernandes Marques e Mulher R: Município de Abrantes	Ação administrativa comum forma sumária	A correr termos legais
Processo n.º 1183/12.2BELRA TAF Leiria €30.000,01€	A: UNISELF R: Município de Abrantes Contra-Interessados: GERTAL e outros	Ação Principal	Proferida sentença que julgou a ação procedente e condenou o Município; Em prazo para recurso
Inquérito n.º 829/12.7TAABT MP Abrantes	Denunciante: Município de Abrantes e outros Denunciado: Jorge Manuel da Costa Ferreira Dias	Queixa Crime	Apresentada aos 07/11/2012 pelo Município e outros no MP
Processo n.º 124/13.4 BELRA TAF Leiria €50.001,00	Autor: Maria Manuela Gil Morgado Filipe C. Int: Madga Sofia esteves Gomes Réu: Município de Abrantes	Ação administrativa especial de pretensão conexa de atos administrativos	A correr termos legais

Sessão Ordinária – 22 de Fevereiro de 2013

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2. Isenção do pagamento das Taxas por ocupação do espaço público ou afeto ao domínio público municipal, relativamente aos estabelecimentos do Centro Histórico de Abrantes

Considerando o disposto no artigo 53º, n.º 2, alíneas a) e e), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na atual redação, em conjugação com o disposto no artigo 12º n.º 2 da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, na redação atual, sendo a última a da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar a Isenção do pagamento das Taxas por ocupação do espaço público ou afeto ao domínio público municipal, relativamente aos estabelecimentos do Centro Histórico de Abrantes**, nos termos do documento anexo.

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo 92º, n.º 3, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Manuel Duarte dos Santos

Manuel Duarte dos Santos

1ª Secretária

Idalina de Jesus Serra Maçãs da Silva

Idalina de Jesus Serra Maçãs da Silva

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

Nº 27 – A Presidente da Câmara começou por submeter à aprovação da Câmara Municipal o parecer prévio, a emitir de acordo com o artº 75º do Orçamento de Estado para 2013, para a prestação de serviços de elaboração do projeto de Construção de Unidade de Saúde Familiar de Abrantes, para abertura de procedimento, pelo preço base máximo de 74.500€ - 101267

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovado parecer prévio, para a prestação de serviços de elaboração do projeto de Construção de Unidade de Saúde Familiar de Abrantes.

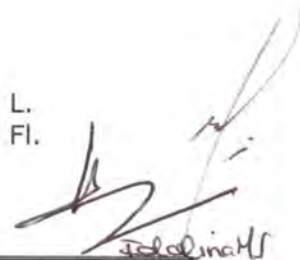


Nº 28 – Em seguida, apresentou a seguinte proposta deliberação:

"Considerando,

- As estratégias municipais de intervenção no Centro Histórico da cidade de Abrantes, no âmbito da Regeneração Urbana;*
- Que importa continuar a criar estímulos ao comércio local, impulsionar alguma dinâmica no Centro Histórico, numa altura em que a conjuntura económica do país não é a mais favorável;*
- Que importa qualificar o ambiente urbano do CH, assegurando um elevado nível de qualidade do espaço público e melhorando as condições do espaço, estando inclusivamente a autarquia a apostar na substituição do mobiliário urbano do Centro Histórico.*
- Que, de acordo com o n.º 3 do artigo 9º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor no município, estão isentas do pagamento de taxas municipais as obras de conservação, reconstrução, alteração ou ampliação em imóveis situados no centro histórico de Abrantes, e respetiva ocupação da via pública, bem como a publicidade e respetiva ocupação da via pública, relativa ao comércio e serviços estabelecidos dentro da área do Centro Histórico de Abrantes;*

Proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo dos artigos 11º e 12º Regulamento de Taxas e Licenças em vigor no município, delibere, relativamente aos estabelecimentos do Centro Histórico de Abrantes, aprovar igualmente a isenção do pagamento das taxas por ocupação do espaço público ou afeto ao domínio público municipal, para as finalidades previstas no artº 8 do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Afixação e Inscrição de Publicidade do Município de Abrantes, remetendo à aprovação por parte da Assembleia Municipal.



Tal aprovação não dispensará o necessário licenciamento, autorização ou comunicação por parte dos proprietários ou exploradores dos estabelecimentos."

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a proposta de isenção do pagamento das taxas por ocupação do espaço público ou afeto ao domínio público municipal, relativamente aos estabelecimentos do Centro Histórico de Abrantes, para as finalidades previstas no artº 8 do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Afixação e Inscrição de Publicidade do Município de Abrantes, remetendo à aprovação por parte da Assembleia Municipal.



Em seguida, a Presidente da Câmara deu conhecimento dos seus despachos que autorizaram a passagem ao Quadro de Honra dos Bombeiros Municipal Fernando Alves Amaro e António Vaz, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 247/2007, de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 248/2012 de 21 de novembro.

Tomado conhecimento



Deu conhecimento de uma notícia publicada no Jornal Correio da Manhã, na edição de 24 de dezembro de 2012, onde consta que foi constituída uma equipa forense em Abrantes e referindo particularmente *"Uma equipa de mais de 50 enfermeiros, todos do Centro Hospitalar Médio Tejo, e única no País, faz recolha de provas forenses de atos de violência doméstica, violações, atropelamentos e outras agressões. Tratam em média 20 a 30 casos por ano, a maioria de violência doméstica."*

Tomado conhecimento



Apresentou, para conhecimento o Plano de Atividades para 2013 da Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Anterior Sul – Médio Tejo 21, bem como do Plano de Atividades e Orçamento para 2013 da TagusValley.

Tomado conhecimento



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(doc. 10)

Sessão Ordinária – 22 de Fevereiro de 2013

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

[Handwritten signature]
Idalina

3. Alteração ao mapa de pessoal

Considerando o disposto no artigo 53º, nº 2, alínea n), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na atual redação, no nº 7 do artigo 25º da Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto, e no artigo 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27/2, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** a **Alteração ao mapa de pessoal**, conforme documento anexo.

Votação: APROVADA POR MAIORIA, com 4 abstenções (ICA)

[Large handwritten mark, possibly a stylized 'Z' or '2']

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo 92º, nº 3, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

[Handwritten signature of Manuel Duarte dos Santos]

Manuel Duarte dos Santos

1ª Secretária

[Handwritten signature of Idalina de Jesus Serra Maçãs da Silva]

Idalina de Jesus Serra Maçãs da Silva

pp. 1/7

Edição 13

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 5.º da LVCR)												Trabalhadores ausentes por motivo de:				
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço				CIP		Mobilidade Geral - Interna		CIP	MGI	LsR
					Tempo total		Tempo parcial		P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
			P	AP	P	AP	P	AP											
Pessoal Dirigente																			
Os titulares de cargos de direcção exercem, na sua unidade organica, as funções e competências, previstas na Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro e Decreto-Lei n.º 93/2004 de 20 de Abril com a redacção dada pelas respectivas alterações.	Dirigente	Dirigente Intermédio de 1.º Grau - Director de Departamento																	
	Dirigente	Dirigente Intermédio de 2.º Grau - Chefe de Divisão											3 a)						
Os titulares dos cargos de direcção intermédia de 3º grau, exercem, na sua unidade organica, as funções e competências, previstas no modelo de estrutura organizacional dos serviços municipais, aprovado pela Assembleia Municipal, nomeadamente, funções de direcção, gestão, coordenação e controlo de serviços ou unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada	Dirigente	Dirigente Intermédio de 3º Grau - Coordenador de unidade organica																	
														2					
Ao comandante operacional de protecção civil compete exercer a atividade tendo em vista os objetivos fundamentais da protecção civil, a saber, prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos, socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público, apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe. Em especial compete-lhe exercer as funções previstas no artigo 14º da Lei 65/2007 de 12/11.	Comandante Operacional Municipal	Comandante Operacional Municipal																	
														1					

Pl. 2/17

Q3/7

Mapa de Pessoal 2013
Registo de C.

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 5.º da LVCR)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade Geral - Interna		CIP	MGI	LsR
					Tempo total		Tempo parcial										
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP			
Aos encarregados operacionais, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei 12-A/2008 de 27/02, nomeadamente, funções de coordenação dos assistentes operacionais afectos ao seu sector de actividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação. Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.	Assistente Operacional	Encarregado operacional	4														
Aos assistentes operacionais, de acordo com a sua área de especialidade e as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei 12-A/2008 de 27/02, nomeadamente, funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; Responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à sua manutenção e reparação dos mesmos.		Assistente operacional	141	2 j)									2 i)				

PP. 4/12

Mapa de Pessoal 2013
Mapa de Pessoal 2013

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 5.º da LVCR)												Trabalhadores ausentes por motivo de:		
			RJEPTI		RJEPTD		Comissão de serviço		CIP		Mobilidade Geral - Interna		CIP	MGI	LsR		
					Tempo total	Tempo parcial											
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP				P	AP
Carreiras subsistentes e carreiras não revistas																	
Aos especialistas de informática, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas no DL nº97/2001, de 26/03 e Portaria nº 358/2002 de 03/04, nomeadamente, funções de concepção e aplicação em qualquer das seguintes áreas: Gestão e arquitectura de sistemas de informação; Infraestruturas tecnológicas e engenharia de software,(ver especificações na referida Portaria). Incumbe ainda ao pessoal integrado nesta carreira as seguintes tarefas, nas respectivas áreas de especialidade: - colaborar na definição de políticas, no desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, na modelização de testes e na avaliação de protótipos e na realização de actividades de consultadoria e auditoria especializada; - estudar o impacto dos sistemas e das tecnologias de informação na organização do trabalho e no sistema organizacional, propondo medidas adequadas para a introdução de inovações na organização e funcionamento dos serviços e para a formação dos utilizadores de informática: - participar no planeamento e no controlo de projectos informáticos.	Especialista de informática	Especialista de informática, grau 2	1														
Aos especialistas de informática, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas no DL nº97/2001, de 26/03 e Portaria nº 358/2002 de 03/04, nomeadamente, funções numa das seguintes áreas funcionais: infra-estruturas tecnológicas e engenharia de software, conforme especificações no n.º 3 da Portaria referida.	Técnico de informática	Técnico de informática, grau 2	2														
		Técnico de informática, grau 1	8														

Mapa de Pessoal 2013

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 5.º da LVCR)												Trabalhadores ausentes por motivo de:			
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade Geral - Interna		CIP	MGI	LsR	
					Tempo total		Tempo parcial											
			P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP	P	AP		
Aos fiscais municipais, compete exercer as funções previstas no Despacho SEALOT nº20/94, publicado no Diário da Republica nº110 de 12 de Maio de 1994, nomeadamente, fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a área de ocupação da via pública., publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua actuação específica.	Fiscal Municipal	Fiscal Municipal Especialista	2															
		Fiscal Municipal 1ª classe	2															
		Fiscal Municipal 2ª classe	1															
Aos fiscais de obras, compete exercer as funções previstas no Despacho n.º 38/88, publicado na II série do DR de 36 de janeiro de 1989, nomeadamente fiscalizar os trabalhos realizados na via pública, por empresas concessionárias e outras, de acordo com o regulamento de obras na via pública, efectuando as medições necessárias; Informa os processos que lhe são distribuídos; Obtem todas as informações de interesse para os serviços onde está colocado, através de observação directa no local; Verifica e controla as autorizações e licenças para a execução dos trabalhos; Vistoria prédios, informando sobre o seu estado de conservação.	Fiscal de obras	Fiscal de Obras	1															
Ao bombeiro profissional, compete exercer as funções de socorro à população, nomeadamente as previstas no DL nº106/2002 de 13/04 e no DL nº241/2007 de 21/06, com as alterações que lhe foram introduzidas.	bombeiros	chefe	0													1		
		bombeiro de 1ª	10															
		bombeiro de 2ª	3															

2.67

Observações:

- a) Dois técnicos superiores do mapa de pessoal do Município, encontram-se em comissão de serviço, como diretores de departamento
- b) Seis técnicos superiores do mapa de pessoal do Município, encontram-se em comissão de serviço, como chefes de divisão
- c) Encontram-se adecorrer procedimentos para três postos de trabalho: um com licenciatura em Animação Cultural e Educação Comunitária, um com licenciatura em Geografia e Planeamento Regional e outro em licenciatura em Gestão
- d) Recrutamentos para 4 postos de trabalho: um com formação académica superior em área legalmente reconhecida para o desempenho de funções de bibliotecário, um com formação académica superior em área legalmente reconhecida para o desempenho de funções de arquivista, um com licenciatura na área de Serviço Social, um com licenciatura na área de Ciências da Informação e Documentação
- e) Um trabalhador encontra-se requisitado ao abrigo do artigo 67 do estatuto da carreira docente
- f) Um trabalhador em mobilidade na categoria
- g) Três trabalhadores em mobilidade intercarreira
- h) Encontram-se já a decorrer procedimentos para 3 postos de trabalho
- i) Três trabalhadores em mobilidade intercarreiras
- j) Recrutamento para 2 postos de trabalho, um na área de electricista e outro na área de lavador/lubrificador de viaturas
- l) Dois trabalhadores em mobilidade Intercarreiras

Legenda:

- P: Posto de trabalho providos
- AP: Postos de trabalho a prover
- RJEPTI: Relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado
- RJEPTD: Relação jurídica de emprego publico por tempo determinado ou determinável
- CIP: Cedência de Interesse publico (entidades de origem ou de destino, consoante o fluxo, não abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da LVCR)
- MGI: Mobilidade geral interna (entidades empregadoras publicas de origem ou de destino, abrangidas pelo ambito de aplicação objetivo da LVCR)
- LsR: Licença sem remuneração

RL 7/7



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(doc.11)

Sessão Ordinária – 22 de Fevereiro de 2013

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. Alteração dos Estatutos da A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaaios Técnicos

Considerando o disposto no artigo 53º, nº 2, alínea m), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na atual redação, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar a alteração das condições de participação do Município traduzida nas novas valências constantes da Alteração aos estatutos de A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaaios Técnicos**, conforme documento anexo.

Votação: APROVADA POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo 92º, nº 3, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Manuel Duarte dos Santos

1ª Secretária

Idalina de Jesus Serra Maçãs da Silva

Fl. 1/2

A-LOGOSASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO
DE ABRANTES E O
QUILAS TECNOLÓGICA

E00640 CMABRANTES 21-01'13



Para:
Município de Abrantes
A/C Sr. Presidente
Praça Raimundo Soares
2200-366 Abrantes

Ref.:
0118/13

Data:
18.01.2013

Assunto
Alteração parcial de estatutos

Na sequência da aprovação por unanimidade da alteração do Objeto dos estatutos da A.logos em reuniões de Direcção e Assembleia Geral, ambas em 11 de janeiro de 2013, vimos por este meio dar-vos a conhecer a proposta de alteração (alterações sublinhadas) e quais as razões.

Proposta de alteração:

Artigo terceira -Objeto

Um - A Associação tem como atividade principal a elaboração de ensaios microbiológicos e físico-químicos de águas, de resíduos, de solos, de produtos agro-alimentares e alimentos para animais e serviços de metrologia.

Razões:

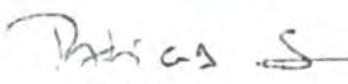
- Iniciar a qualificação do A.logos para a prestação de Serviço intermunicipal de metrologia
- Possibilitar a integração de análises químicas e físicas a solos da área agrícola ou construção civil.

Solicitamos assim que ponham à consideração do executivo e da Assembleia Municipal as alterações propostas, sendo importante que as respectivas aprovações estivessem disponíveis até final de Fevereiro, um vez que são indispensáveis para iniciar processo de qualificação do serviço de metrologia

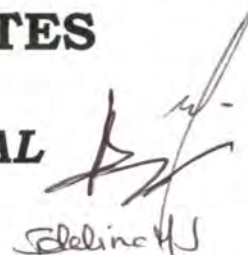
Agradecemos que nos enviassem as atas das respectivas reuniões, para que se possa dar seguimento às alterações propostas.

Com os melhores cumprimentos

A Diretora Técnica


Patrícia Sousa

Fl. 2/2



Idalina HJ

Sessão Ordinária – 22 de Fevereiro de 2013

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

5. Alienação do direito de superfície do terreno sito no Tecnopolo, em Alferrarede, à A. LOGOS

Considerando o disposto no artigo 53º, nº 2, alínea i), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a Alienação do direito de superfície de parcela de terreno sito no Tecnopolo em Alferrarede, à A. LOGOS – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnico**, direito de superfície a constituir por um período de 40 anos, sobre a parcela com a área de 879 m2, devidamente identificada, a inscrever no descrito na Conservatória do Registo Predial sob 516/19900230, parcela esta incluída no artigo urbano 1117, da freguesia de Alferrarede, com os pressupostos referidos na informação técnica.

Votação: APROVADA POR MAIORIA, com 4 votos Contra-IPA, e 7 abstenções do PSD

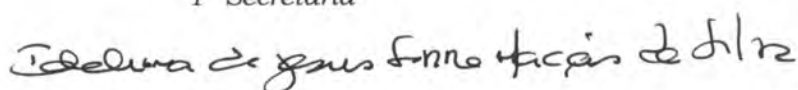
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo 92º, nº 3, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Manuel Duarte dos Santos

1ª Secretária



Idalina de Jesus Serra Maçãs da Silva



0

INFORMAÇÃO DO RESPONSÁVEL

DESPACHO

Reiterando o essencial do aprovada na reunião da Câmara Municipal em 3/12/2012, com a clarificação em termos de delimitação e inscrição predial, aprova-se a constituição do direito de superfície por um período de 40 anos, sobre a parcela com a área de 879 m², a inscrever no descrito na Conservatória do Registo Predial sob 516/19900230, parcela esta incluída no artigo urbano 1117, da freguesia de Alferrarede, e a venda do mesmo à A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos, pelo valor de 0,01€/m², de acordo com os pressupostos referidos na informação técnica, remetendo-se de novo à Assembleia Municipal para autorização. No âmbito da deliberação da Câmara devem ser concedidos poderes à Presidente da Câmara Municipal para outorga da escritura correspondente. Abrantes 13 de Fevereiro de 2013.

DE

José Bento Pedro
Director do Departamento de
Administração e Finanças

PARA

Presidente da Câmara Municipal

Nº

DATA

11Fev 2013

ASSUNTO:

A.LOGOS – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos

Foi-nos manifestado pelo Sr. Vice-Presidente, a intenção de A.LOGOS – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos adquirir em direito de superfície a parcela e edificado onde funcionam os seus serviços, cuja implantação decorre de planta anexa.

Considerando que se pretende manter o serviço, e no pressuposto de se reconhecer o interesse da atividade da Associação para o desenvolvimento local e regional, considerando a qualidade de associado do Município de Abrantes, deixa-se à consideração da Câmara Municipal, condicionada à autorização da Assembleia Municipal, a eventual constituição do direito de superfície, por um período de 40 anos, sobre a parcela com a área de 879 m² conforme delimitação em planta anexa, a inscrever no descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 516/19900320, parcela esta que abrange o edifício identificado em 19º lugar com 240 m², entretanto ampliado e com a área atual de 562m², e, a restante área de logradouro de 317 m², parcela que está incluída no artigo urbano 1117, da freguesia de Alferrarede. Mais deve constar das deliberações, a autorização da venda do mesmo direito de superfície a A.LOGOS – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos, pelo valor de 0,01€/m². A parcela sobre que se constitui o direito de superfície confronta do norte com Município de Abrantes, do nascente com o Município de Abrantes, do Sul com o Município de Abrantes, e do Poente com a Rua José Dias Simão.

Assenta o procedimento de constituição do direito de superfície no parecer do Conselho Técnico da (então) Direção-Geral dos Registos e Notariado nº R.P. 56/98 DSJ – CT e doutrina da Prof Doutora Fernanda Paula Oliveira expressa na anotação ao artigo 2º do DL 555/99 de 16/12, 2ª Ed. Almedina.

PR. 2/3
11

Atendendo às avaliações do edificado e do terreno encontrados pela Comissão de Avaliação, deve a venda do direito de superfície, embora direito real parcelar, ser autorizada pela Assembleia Municipal ao abrigo da alínea i) do nº 2 da Lei 169/99 de 18/09, na redação da Lei 5-A/2002 de 11/01.

Considerando ainda a avaliação do solo/terreno (118. 500,00€), a alienação do direito de superfície a constituir sobre a parcela tem como pressuposto a aceitação pelos órgãos de A.LOGOS – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos da atribuição ao Município de Abrantes de 118,5 unidades de participação, a acrescer às devidas pelo investimento municipal, ao abrigo do artigo 25º do Documento Complementar aos seus Estatutos.

Deve igualmente condicionar-se o reconhecimento por parte dos órgão de A.LOGOS – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos, daquele valor de avaliação como produto de investimento direto (equivalente às unidades de participação), para além do investimento no edifício , como relevante para efeitos do artigo 34º nº 4 do Documento Complementar aos seus Estatutos, quanto à repartição do património em caso de dissolução.

Anota-se que, embora a alienação tenha por objeto o direito de superfície, não deixa este direito real parcelar de poder estar sob a incidência de eventual garantia que terceiro venha a inscrever, enquanto o direito de superfície existir.



José Bento Pedro

Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Declaração de Voto

6 – “ Apoio Público na valorização do Património e da Gestão Florestal”

O tempo que medeia entre a apresentação desta moção nesta Assembleia (2011) e o dia de hoje, é o melhor barómetro da democracia deste órgão.

É certo que ainda estamos no séc. XXI... mas esta Moção foi trazida a esta Assembleia no Ano Internacional das Florestas – 2011 – neste momento, estamos a discutir uma Moção do Ano Internacional das Florestas + 2.

A proposta do Grupo Municipal do PSD da valorização da fileira Agro-Florestal no nosso território, continua e continuará do mais atual, dada a conjuntura económica dos produtores florestais e dada a ocupação em cerca de 73% do nosso território com área florestal.

Tendo como base o papel fixador da população rural, dois novos paradigmas se nos colocam:

- Aproveitamento da Biomassa para a obtenção de energia
- Valorização dos produtores florestais através dos créditos de carbono.

Apesar de já não ser o ano internacional da floresta e a apresentação da proposta de reforma da PAC 2014/2020 já tenha ocorrido e tendo chegado o término do protocolo de Quioto, **continua a ser pertinente a promoção de iniciativas técnicas que abordem a importância e valorização da biomassa para a obtenção de energia e a valorização dos produtores florestais, bem como, o encontrar de soluções políticas de valorização e proteção do património e gestão florestal, designadamente, a valorização dos produtores florestais através dos créditos de carbono.**

Uma Economia de Baixo Carbono “**Low Carbon Economy**”, é um imperativo ambiental e económico e exigirá uma maior colaboração global, particularmente entre os sectores público e privado.

Manuela Ruivo

22 de Fevereiro de 2013

[Handwritten signature]
Idalina

Sessão Ordinária – 22 de Fevereiro de 2013

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6. Moção – “Apoio público na valorização do património e da gestão florestal”

Considerando o disposto no artigo 53º, nº 1, alínea o) e r) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na atual redação, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **rejeitar** a moção apresentada “**Apoio público na valorização do património e da gestão florestal**”

*Votação: VOTOS A FAVOR DA MOÇÃO – 13 (1 CDS/PP, 1 BE; 4 SCA; 7 PSD. —
20 VOTOS CONTRA A MOÇÃO (PS) —
4 ABSTENÇÕES (2 CDU; 1 PS; 1 eximio Chaves.*

[Large handwritten mark resembling a stylized 'Z' or '2']

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo 92º, nº 3, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

[Handwritten signature of Manuel Duarte dos Santos]

Manuel Duarte dos Santos

1ª Secretária

[Handwritten signature of Idalina de Jesus Serra Maças da Silva]

Idalina de Jesus Serra Maças da Silva


Eduardo

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhora Presidente da C.M.A.
Senhora Vereadora Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhoras e Senhores

Ao analisar a "Declaração de voto" apresentada pela bancada do PSD, em que, entre outros assuntos, é apresentado a esta Assembleia a intervenção do Município no projecto: "Recuperação do lagar de azeite existente na Herdade da Murteira". Registamos positivamente essa pretensão, no entanto, será importante referir que, conforme legislação em vigor, que passo a citar um pequeno excerto: "O projecto educativo é o *"documento que consagra a orientação educativa da escola/agrupamento (...) no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo as quais a escola/agrupamento se propõe cumprir a sua função educativa"* Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de Abril, artigo 9º, alínea a)

Ora este documento, projecto educativo de escola/agrupamento, é elaborado através do diálogo fomentado e da negociação produzida entre a comunidade educativa, identificando-se pressupostos, clarificando-se intencionalidades e extraindo-se os princípios, os valores, as metas e as estratégias. A Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes, mercê do trabalho desenvolvido pelo seu director, corpo docente, alunos e funcionários, é alvo do maior reconhecimento, seguindo um projecto educativo, por si elaborado e aprovado pelo seu Conselho Geral, constituindo um instrumento de concretização e de gestão da autonomia, consagrada nas políticas educativas enraizadas na sua especificidade.

Perante o exposto pensamos que, por parte do Município, seria uma intromissão de certo modo arrogante na autonomia da EPDRA, sem ter havido anuência ou contacto da Escola, ao imiscuir-se, deliberadamente no projecto educativo da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural Abrantes.

No seguimento do teor da "Declaração de voto" referida: ... *criação e promoção de uma rota do azeite de qualidade da nossa região.* (...)

Nesta temática do azeite, a Câmara Municipal de Abrantes, vem desenvolvendo já à alguns anos um trabalho bastante meritório, culminando mais recentemente, com a organização na sede do concelho, (instalações da antiga rodoviária), do ^{2.º} "Encontro Ibérico do Azeite", com uma parceria que envolve, para além de vários órgãos governamentais, entre outros, a:

- Associação de Agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação;
- Associação de Agricultores do Ribatejo;

- Associação Comercial e Empresarial de Abrantes, Constância, Sardoal, Mação e Vila de Rei;
- Casa do Azeite - Associação do Azeite de Portugal;
- INOV`LINEA – Tecnologia Alimentar;
- Sociedade Agrícola Ouro Vegetal;
- Vitor Guedes Portugal;
- Azeite Gallo;
- Tagus;
- Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes (EPDRA).

Pensamos que com a continuidade deste evento e todos os painéis técnicos que o envolvem, para além da troca de experiências. Irá de certo, dar um grande contributo, para a continuidade de excelência do produto produzido na nossa região.

Por falar em ^{2.º} "Encontro Ibérico do Azeite", quero aproveitar o ensejo, para convidar todos os presentes a visitarem este certame e acompanharem o Simpósio, o Fórum e Concursos, que teve o seu início hoje, em que se esperava (porque estava prevista) na sessão de abertura, a senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e decorrerá até ao próximo domingo.

Finalmente quando é referido: (...) *envolver-se-iam todas as casas agrícolas produtoras de azeite da nossa região, proporcionando uma oferta turística.*

A política do nosso Município, através do seu planeamento ao longo dos seus mandatos, foi, também, criar os critérios necessários a que os seus munícipes, organismos e instituições, desenvolvessem a sua intervenção direta em defesa dos seus interesses e, obviamente, do nosso concelho. Ora como se constata, que está neste caso em referência, um projecto com o envolvimento de organismos de carácter particular (Casas Agrícolas), parece-nos que não será curial ser o município a tomar esta iniciativa.

Perante as considerações apresentadas, a bancada do P.S. de Abrantes, apresenta a sua discordância com a substância da intervenção do Município, na matéria referida na declaração de voto apresentada.

Não quero, no entanto, terminar sem antes referir, talvez por dismorphose profissional, que este tema constituiria um bom trabalho académico.

22/02/2013



Sessão Ordinária – 22 de Fevereiro de 2013

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

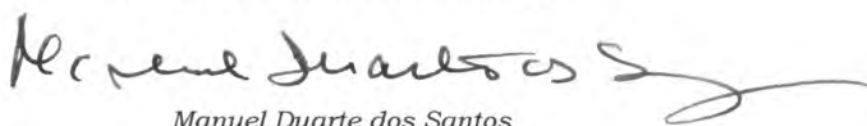
7. EPDRA – Criação da rota do azeite da região.

Considerando o disposto no artigo 53º, nº 1, alínea q) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na atual redação, a Assembleia Municipal de Abrantes, delibera **rejeitar** a moção sobre a **Criação da rota do azeite da região**.

Votação: VOTOS A FAVOR DA MOÇÃO – 10 –
(7 PSD; 1 PSD/PP); 1 SCA; 1 BE). —
VOTOS CONTRA A MOÇÃO – 23 PS. —
6 ABSTENÇÕES (3 SCA; 2 CDU; Maximino
Pichas).

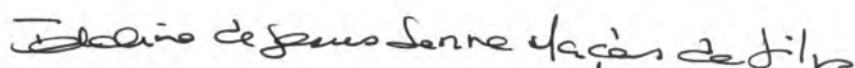
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos do artigo 92º, nº 3, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Manuel Duarte dos Santos

1ª Secretária



Idalina de Jesus Serra Maças da Silva